



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
11/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
11/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

Aos onze dias do mês de dezembro de dois mil e catorze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:40 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

O Sr. Vereador Vítor Pereira ausentou-se da reunião pelas 12:50 horas, para prestar apoio a familiar doente, não tendo participado na votação dos pontos 36, 37 e 38 da ordem do dia.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 27, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2014
3. REQ. N. 1705/14, DATADO DE 07/11/2014 – PC N.º 173/09, DATADO DE 31/07/2009 – VIRGÍLIO DE JESUS LOURENÇO
4. REQ. N. 1659/14, DATADO DE 30/10/2014 – PC N.º 382/14, DATADO DE 30/10/2014 – SOLO E BETÃO - COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS PARA REVENDA E CONSTRUÇÃO CIVIL LDA

5. REQ. N. 1801/14, DATADO DE 25/11/2014 – PC N.º 345/14, DATADO DE 09/10/2014 – JOSÉ JOAQUIM OLIVEIRA PIEDADE
6. REQ. N. 1861/14, DATADO DE 04/12/2014 – PC N.º 427/14, DATADO DE 04/12/2014 – VISTA ALEGRE ATLANTIS SA
7. REQ. N. 1507/14, DATADO DE 09/10/2014 – PC N.º 176/14, DATADO DE 21/05/2014 – TELMO JOSÉ BOM DUARTE e CLÁUDIA MANUEL FAUSTINO
8. REQ. N. 1167/10, DATADO DE 14/05/2010 – PC N.º 210/09, DATADO DE 24/09/2009 – IMA – IMOBILIÁRIA MARINHENSE, LDA.
9. REQ. N. 1236/12, DATADO DE 26/07/2012 – PC N.º 413/05, DATADO DE 08/06/2005 – MANUEL CARVALHO JÚNIOR
10. REQ. N. 1586/10, DATADO DE 25/06/2010 – PC N.º 143/07, DATADO DE 27/02/2007 – NOVA CARVALHEIRO E CRUZ, CONSTRUÇOES, LDA.
11. REQ. N. 843/10, DATADO DE 14/04/2010 – PC N.º 799/05, DATADO DE 14/11/2005 – ADRIANO BARBEIRO NETO e FELICIANO LOPES DA SILVA FELICIANO
12. REQ. N. 1384/12, DATADO DE 20/08/2012 – PC N.º 578/02, DATADO DE 26/06/2002 – MANUEL R. MARQUES – SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS, LDA.
13. REQ. N. 2817/09, DATADO DE 26/10/2009 – PC N.º 368/06, DATADO DE 30/05/2006 – FIEL AUTORA – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA.
14. REQ. N. 998/00, DATADO DE 06/03/2000 – PC N.º 234/00, DATADO DE 06/03/2000 – EMÍLIO JOSÉ JESUS RATO
15. REQ. N. 1549/09, DATADO DE 16/06/2009 – PC N.º 218/07, DATADO DE 29/03/2007 – COMPOSTOS LIS – ALIMENTOS COMPOSTOS PARA ANIMAIS, LDA
16. REQ. N. 1926/11, DATADO DE 20/09/2011 – PC N.º 210/11, DATADO DE 01/06/2011 – EDUARDO TEODÓSIO AMARAL
17. REQ. N. 1795/14, DATADO DE 24/11/2014 – PC N.º 413/14 , DATADO DE 24/11/2014 – TUBOFURO - TUBOS EM PVC SA
18. REQ. N. 1827/14, DATADO DE 28/11/2014 – PC N.º 195/14, DATADO DE 05/06/2014 – ANÍBAL H. ABRANTES - INDÚSTRIAS DE MOLDES E PLÁSTICOS, S.A.

19. REQ. N. 1603/14, DATADO DE 24/10/2014 – PC N.º 368/14, DATADO DE 24/10/2014 – NOS COMUNICAÇÕES, SA.
20. REQ. N. 1680/14, DATADO DE 03/11/2014 – PC N.º 387/14, DATADO DE 03/11/2014 – VODAFONE TELECEL-COMUNICAÇÕES PESSOAIS, S.A.
21. REQ. N. 1740/14, DATADO DE 12/11/2014 – PC N.º 404/14, DATADO DE 12/11/14 – VODAFONE TELECEL-COMUNICAÇÕES PESSOAIS, S.A.
22. REQ. N. 1741/14, DATADO DE 12/11/2014 – PC N.º 405/14, DATADO DE 12/11/14 – VODAFONE TELECEL-COMUNICAÇÕES PESSOAIS, S.A.
23. REQ. N. 1739/14, DATADO DE 12/11/2014 – PC N.º 403/14, DATADO DE 12/11/14 – VODAFONE TELECEL-COMUNICAÇÕES PESSOAIS, S.A.
24. REQ. N. 1690/14, DATADO DE 06/11/2014 – PC N.º 390/14, DATADO DE 06/11/2014 – VANGEST – ENGENHARIA FINANCEIRA E GESTÃO, S.A.
25. ANULAÇÃO DE GUIAS DE RECEITA
26. AUTORIZAÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS EM PRESTAÇÕES
27. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS
28. ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE TODOS OS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE.
29. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS EM VEÍCULO AUTOMÓVEL DE PASSAGEIROS - REQUERENTE: ACÁCIO CARREIRA DA LUZ – AUDIÊNCIA PRÉVIA DA PROPOSTA DE INDEFERIMENTO – DESISTÊNCIA DO PEDIDO – EXTINÇÃO DO PROCEDIMENTO
30. ALARGAMENTO DA RUA MOINHO D'AMÉLIA, TRUTAS – ATERRO DE PRÉDIO COM MATERIAIS DE DEMOLIÇÃO DE OBRAS – PROPRIETÁRIO: AUGUSTO JOSÉ DOMINGUES SILVA – VISTORIA.
31. RECEPÇÃO DEFINITIVA
32. RECEPÇÃO DEFINITIVA
33. “REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM DA MARINHA GRANDE - CP N.º 05/2010” – APROVAÇÃO DE TRABALHOS A MENOS.

34. **“REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM DA MARINHA GRANDE - CP N.º 05/2010” - REVISÃO DE PREÇOS DO CONTRATO INICIAL**
35. **ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PARA O *“FORNECIMENTO DE ELETRICIDADE EM BAIXA TENSÃO NORMAL PARA A TOTALIDADE DAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS, INCLUINDO ILUMINAÇÃO PÚBLICA, PARA O PERÍODO DE 04/05/2015 A 03/05/2016”***
36. **PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO º 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DO *“SERVIÇO DE PORTARIA PARA O EDIFÍCIO DA RESINAGEM PARA O PERÍODO DE 01/01/2015 A 30/09/2017”***
37. **PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO º 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DO *“SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO SOFTWARE DE GESTÃO BIBLIOGRÁFICA DA BIBLIOTECA MUNICIPAL”* PARA OS ANOS 2015 E 2016.**
38. **MINUTA DE CONTRATO A CELEBRAR COM A ENTIDADE PINUS PINASTER, LDA NO ÂMBITO DO PROGRAMA FUNDO FINICIA**
39. **REAPRECIAÇÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA REFERENTE À TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DA FRAÇÃO CORRESPONDENTE AO 2.º FRENTE DIREITO DO BLOCO L, SITA NA AVENIDA DA LIBERDADE – MARIA FILOMENA BERNARDO DOS SANTOS - POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.**
40. **TRANSFERÊNCIA HABITACIONAL DA INQUILINA MAFALDA SOFIA GOMES GRÁCIO PARA A FRAÇÃO CORRESPONDENTE AO 1.º DIREITO DO BLOCO L, SITA NA AVENIDA DA LIBERDADE, POR MOTIVOS DE DOENÇA.**
41. **REAPRECIAÇÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA REFERENTE AO TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DO FOGO CORRESPONDENTE AO N.º 82, SITO NA RUA ADRIANO MARQUES NOBRE – LUÍS FILIPE DA SILVA FERREIRA - POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.**
42. **ATUALIZAÇÃO ANUAL DA RENDA APOIADA DA ARRENDATÁRIA ALZIRA INHO REI, RESIDENTE NA RUA ADRIANO MARQUES NOBRE N.º 64, CAMARNAL, PARA ENTRADA EM VIGOR EM FEVEREIRO DE 2015.**
43. **DOAÇÃO DE LIVROS PARA A BIBLIOTECA MUNICIPAL.**

44. RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO TOMADA EM REUNIÃO DE CÂMARA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014 COM O TÍTULO: "APRECIÇÃO DAS CANDIDATURAS APRESENTADAS NO 3º TRIMESTRE DO ANO 2014, RELATIVAS AO INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE"
45. CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS: ÁREA DESPORTO
46. APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – 2014/2015
47. APOIO AOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO PARA MATERIAL DIDÁTICO DE RECREIO E DE CONSUMÍVEIS E OUTROS BENS PARA O FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO E JARDINS DE INFÂNCIA DO CONCELHO, DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE POENTE E AGRUPAMENTO DE ESCOLAS VIEIRA DE LEIRIA, REFERENTE AO 1º PERÍODO DO ANO LETIVO 2014/2015.
48. PROGRAMA DE ATIVIDADE FÍSICA 3.ª IDADE – 2014 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO
49. CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS: ÁREA DESPORTO
50. PEDIDO DE UTILIZAÇÃO DA CASA DA CULTURA TEATRO STEPHENS PARA APRESENTAÇÃO DA PRODUÇÃO "POR ESTE RIO ACIMA". S.A. MARIONETAS, TEATRO E BONECOS
51. AVALIAÇÃO DAS CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. 3.ª FASE DE AVALIAÇÃO
52. CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO SINDICAL UNIÃO DOS REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS PARA A REALIZAÇÃO DO ALMOÇO DE NATAL DO REFORMADO
53. RESUMO DE TESOURARIA

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

Inscreveu-se e foi atendido o seguinte munícipe:

1 – Sr. Ernesto Conceição Silva, residente na Travessa dos Pimentas, Marinha Grande, que abordou o assunto referente a uma rotura de água verificada na casa da sua filha, Ana Umbelina Félix Conceição Silva. Pediu a refaturação, embora refira que não percebe os procedimentos, pois teve que pagar uma taxa de cerca de 15€ para depois vir a ter um crédito inferior, pois era de cerca de 11€. Na altura pediu também a emissão de uma declaração comprovativa da ida do piquete ao local, destinada a ser apresentada ao seguro, que ainda não recebeu, apesar de já ter voltado a insistir no pedido, pelo que pede uma vez mais que este documento lhe seja entregue rapidamente.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** respondeu ao Sr. Ernesto, informando-o que assim que teve conhecimento da sua inscrição, foi esclarecer o assunto junto dos serviços, ficando a saber que o contrato se encontra em nome da sua filha, que a rotura foi confirmada pelos técnicos da Câmara, foi organizado o respetivo processo e ainda esta semana a requerente vai ser informada do deferimento do pedido de refaturação e da confirmação da rotura. Informou ainda o Sr. Ernesto do valor aproximado do crédito apurado sobre o valor que foi pago.

~~~~~

## **ALTERAÇÃO DO DIA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 24/12/2014 – ANTECIPAÇÃO PARA O DIA 22/12/2014**

O Sr. Presidente comunicou a todos os presentes a necessidade de antecipar para o dia 22/12/2014 a próxima reunião ordinária da Câmara Municipal, prevista para o dia 24/12/2014, atendendo à necessidade de executar as deliberações tomadas em tempo útil, tendo em conta a proximidade do final do ano.

**Considerando os motivos apresentados, que mereceram a concordância de todos os presentes, foi alterado o dia da próxima reunião ordinária da Câmara Municipal, que se realizará no dia 22/12/2014, segunda-feira, às 09:30 horas.**

**Esta alteração foi comunicada pessoalmente a todos os membros do executivo presentes nesta reunião, bem como por protocolo.**

~~~~~

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Vereador António Santos cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- ⇒ Ao analisar a agenda da reunião verificou que até essa altura não havia inscrições de público, levando-o a refletir sobre o seguinte: ou os munícipes não têm problemas ou então acham que não vale a pena virem à reunião porque a Câmara não lhes resolve os problemas.
- ⇒ Enfeites de Natal – trabalha em Leiria, onde se respira o espírito do Natal. As ruas não estão iluminadas, mas tudo o que é edifício público está. Noutras cidades como Coimbra, Lisboa, Soure, mesmo pouco que seja, há um cheiro a Natal. Aqui na Marinha Grande não há nada, pelo que questiona porque é que os outros têm e nós não, pelo menos uma lembrança de que é Natal, a festa da família. É uma opção do executivo permanente, que assim quer, ou se não quer que poder é este que se sobrepõe a outro?
- ⇒ FAG – enalteceu o evento e lamentou que o mesmo não tenha efeitos externos mais amplos.
- ⇒ Disse que teve oportunidade de falar com o lapidário José Medeiros, que se lamentou de não haver uma placa com a indicação de que ele está a trabalhar junto à Galeria Municipal. Também se queixa de não ter uma chave do espaço, que é aberto e fechado apenas pelos funcionários da Câmara, o que o impede de poder trabalhar noutro horário.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Referiu que não se cansa de enaltecer os campeões, e por isso, uma vez mais, enalteceu os patinadores de velocidade do Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, que se sagraram campeões nacionais Indoor em cadetes masculinos por equipas. Individualmente, o atleta Daniel Constantin, que se sagrou Campeão Nacional de Cadetes Masculinos, e Beatrice Constantin, que recebeu a medalha de ouro no escalão de Juniores Femininos.
Relembrou que este é um clube que não está incluído no regulamento, e como tal não recebe qualquer apoio no âmbito do mesmo, questionado para quando a revisão do regulamento?
- ⇒ Enalteceu o Desportivo Náutico da Marinha Grande (DNMG), que no Campeonato Distrital de Fundo e Distritais de Juvenis, Juniores e Seniores, conquistou 83 medalhas. Dos 37 nadadores marinhenses, o destaque vai para os nadadores

Bárbara Teodósio, Tomás Oliveira e Giovanna Vargas, que alcançaram o 1.º lugar em todas as provas em que participaram.

- ⇒ Enalteceu o Grupo de Teatro do Sport Operário Marinhense, que conquistou o 1.º lugar na categoria de teatro e o 2.º posto na geral na 2ª Mostra Nacional do Inatel, que incluiu teatro, música e dança, e que teve lugar no Teatro da Trindade, em Lisboa. O júri considerou a interpretação do *sketch* “Um homem de sorte”, representado por Leandro Costa e Ivo Bento, como muito boa.
- ⇒ Deu conta de algumas notas de agrado sobre a atividade da Câmara:
 - Foram cortadas as silvas na Rua Machado Santos;
 - Realçou, agora que estamos no tempo do frio e da chuva, a realização do corta-vento que a Câmara instalou na entrada do mercado municipal. Os utentes e os vendedores agradecem;
 - Registou ainda a abertura das novas camaratas masculinas dos Bombeiros Voluntários da Marinha Grande. Trata-se de uma obra que era necessária há muitos anos e que as diversas direções e comandos reivindicavam há muito tempo. Lamentou que tenham deixado as camaratas das bombeiras por fazer.
- ⇒ Sobre os cães na mata, referiu que no sábado, por volta das 11h30, se deparou com uma situação, entre o farol e as primeiras casas de S. Pedro, onde uma família com uma criança estava assustada com uma matilha de cães que ladravam do outro lado da estrada. Disse recear que a breve prazo possa acontecer uma desgraça e por isso questionou o que a Câmara tem feito no âmbito da autoridade sanitária-veterinária concelhia e na proteção dos animais.
- ⇒ Por último deixou a seguinte nota de desagrado: neste Natal a Câmara Municipal não proporcionou condições para que houvesse na nossa cidade um programa com iniciativas de Natal, envolvendo os munícipes, as escolas, os pais e especialmente o comércio.

O Sr. Vereador Carlos Logrado cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Disse que iria enumerar alguns dos recados que lhe chegam vindos dos munícipes, dando-lhes assim voz, cujos temas são, sucintamente, os seguintes:
 - divulgação da programação da Casa da Cultura
 - funcionamento da bilheteira da Casa da Cultura
 - mudança dos contentores junto ao Jardim Luís de Camões
 - escoamento das águas pluviais na Rua Empalhadeiras de Garrafões
 - má visibilidade nas passadeiras para peões na Av.ª João Beare e Av.ª Infante D. Henrique
 - fontes da mata nacional

- passadeira em frente ao ALDI
- situação do ACM e participação da Câmara Municipal na resolução deste assunto.

O Sr. Vereador apresentou por escrito estas questões, em requerimento que se anexa à presente ata (**Anexo 6**).

⇒ Apresentou o esboço de duas novas propostas, que não pretendem ser mais do que a manifestação de iniciar o processo que conduzirá à futura apresentação de uma proposta, que são os seguintes:

- 1.º esboço de proposta, intitulado “Prémios do concelho”, tem como objetivo a criação e implementação, por parte da Câmara, de um sistema de reconhecimento do mérito e da importância de pessoas e entidades relevantes para o concelho, de carácter permanente e continuado, com periodicidade anual, com categorias das áreas a premiar, devendo a atribuição dos prémios ser efetuada num espetáculo de gala, a realizar na Casa da Cultura, em data coincidente com a abertura das “Festas do Concelho”.

O documento detalhado encontra-se anexo à presente ata (**Anexo 7**).

- 2.º esboço de proposta, intitulado “Agenda de eventos do concelho”, visa a disponibilização, por parte da Câmara, dos meios necessários para a implementação de um sistema de recolha sistemática, permanente e continuada de todos os eventos públicos promovidos no concelho, de modo a poder divulgá-los de forma integrada, no seu site, e a garantir que sejam divulgados nos meios que a Câmara controle ou a que tenha acesso.

O documento detalhado encontra-se anexo à presente ata (**Anexo 8**).

O Sr. Vereador Vítor Pereira cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

⇒ Enfeites de Natal – está preocupado, o executivo permanente quer fazê-lo e vai fazê-lo, porque já estão a ser montados. Houve um pequeno atraso que se prendeu com as reduções remuneratórias e com a falta de documentos no processo, que se iniciou no início do mês de novembro, mas parece-lhe que no próximo ano talvez deva ser iniciado em agosto. Também sabe que Leiria teve alguns problemas desta ordem. Não há outro poder contra o poder dos eleitos locais, mas sim um poder, que é o do Governo, que limita a ação administrativa e financeira do poder local. Embora assuma sempre uma atitude de austeridade, a Câmara quer fazer, só que aqueles que não deveriam intervir é que intervêm.

⇒ FAG – é um evento que, com criatividade, tem vindo a superar, e bem, algumas dificuldades que vinham tendo, esperando que de futuro tenda a melhorar cada vez mais, para que então seja divulgado para o exterior.

- ⇒ Situação do lapidário – tomou nota, e a questão da sinalética vai ser levada à prática.
- ⇒ Perguntou ao Sr. Vereador Aurélio Ferreira qual é a iniciativa de Natal que menciona.
O Sr. Vereador Aurélio Ferreira informou que viu, no norte do País, iniciativas com envolvimento da comunidade local, e que nem sempre passam pelo dinheiro. É importante que a Câmara dê ideias e sugestões para as iniciativas, nomeadamente fazendo o envolvimento das escolas.
O Sr. Vereador Vítor Pereira disse que a Câmara deve ter essa exigência de fazer tão bem ou melhor que os outros, mas a verdade é que há iniciativas das escolas, vai haver iluminação e sonorização, e também vai haver iniciativas em conjunto com a ACIMG, que foram apresentadas há poucos dias e que a Câmara apadrinhou de imediato e que vai apoiar. Este envolvimento vai ser feito, dentro de alguma modéstia.
- ⇒ Divulgação da programação da Casa da Cultura – está a ser feita nos moldes habituais (agenda, flyer's, notas à imprensa). A partir de janeiro/2015 os espetáculos passarão a ser pagos, devendo os preços ser aprovados pela Câmara, e só então se poderá avaliar o envolvimento das pessoas. Sobre este assunto disse que depois dará mais informações.
- ⇒ Bilheteira da Casa da Cultura – vai ser informatizada e os problemas que agora se verificaram vão deixar de acontecer.
- ⇒ Propostas do Sr. Vereador Carlos Logrado – algumas dessas ideias já estão a ser trabalhadas pelo executivo permanente, contudo regista que são ideias interessantes e a serem consideradas. É assim que se deve trabalhar.
- ⇒ Saudou a intervenção do Sr. Ernesto Silva e a clareza com que a questão foi posta, demonstrando que só assim se consegue trabalhar.
- ⇒ Terminou a sua intervenção desejando a todos um Bom Natal.

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- ⇒ Comunga da preocupação do Sr. Vereador Aurélio Ferreira sobre a matilha de cães, situação que já apresentou ao Sr. Vereador Paulo Vicente. É utilizadora daquela via, já apanhou alguns sustos, pelo que, embora sabendo que a situação está a ser tratada, pede que seja resolvida.

- ⇒ Iniciativas de Natal – há muitas a acontecer na cidade, todas as escolas têm a sua festa de Natal, com o envolvimento de todos, professores, funcionários, alunos e pais, e é assim que eles querem.
A Câmara também vai proporcionar atividades de animação, durante as férias de Natal, através das oficinas “Gentes e Lugares da Cidade – Olhares com Arte”, dirigidas a crianças e jovens, dos 6 aos 17 anos, e que decorrerão nas instalações do Serviço Educativo do Museu do Vidro. A participação é gratuita, sujeita a marcação prévia. Foi divulgado um flyer, de extrema qualidade, produzido pelos serviços da Câmara. Também sugeriu a divulgação, junto dos pais, através da caderneta escolar dos alunos. Como se pode constatar há muita iniciativa a acontecer.
- ⇒ Agradeceu as propostas do Sr. Vereador Carlos Logrado e informou que já se está a trabalhar no reconhecimento do mérito escolar, e que talvez tenha que ser integrado no processo mais abrangente.
Também concorda com a proposta de agenda de divulgação de eventos.
- ⇒ Terminou louvando a intervenção do Sr. Ernesto Silva, que colocou a questão que aqui o trouxe com urbanidade, provando que é assim que se deve trabalhar.

No âmbito das suas áreas de atuação o Sr. Vereador Paulo Vicente respondeu o seguinte:

- ⇒ Cemitério/jazigo – os serviços estão a fazer um levantamento exaustivo, o trabalho já está muito adiantado e talvez seja possível apresenta-lo na próxima reunião. É intenção da Câmara declarar prescritas, por abandono, uma série de campas. Há uma situação que também o preocupa, e para a qual talvez seja necessário alterar o regulamento do cemitério, de modo a pôr cobro a algumas situações de passagem das campas para classes sucessivas.
- ⇒ Cães – pediu à comunicação social presente para dar a notícia deste assunto. Referiu que aquele problema existe por falta de civismo das pessoas, que abandonam os animais na mata, e as pessoas que os vêem e às crias, não alertam a Associação para promover a recolha, para futura adoção. É difícil fazer a captura em espaço aberto. Ontem realizou-se uma reunião com a APAMG e com a Veterinária Municipal e foi delineada uma forma de agir. Também já foram encetadas diligências junto do ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, pois o problema existe no seu território, e a resposta obtida foi que o assunto deve ser posto à Direção Geral de Veterinária. O problema tem duas vertentes: a proteção dos animais e das pessoas.
- ⇒ Rua Empalhadeiras de Garraões – foi ao local e verificou que construíram em cima de um veio de água. Vai-se tentar, com trabalhos a mais, ligar o pluvial que começa

junto dos Irmãos Carvalho. Está a ser feito o levantamento topográfico, que ainda vai demorar algum tempo, mas o assunto está a ser resolvido.

- ⇒ Sobre a notícia do “Jornal da Marinha Grande” da semana passada, relacionada com um passeio, informou que o proprietário não dá autorização para a continuação do passeio na sua propriedade.
- ⇒ Passadeiras da Av.^a João Beare – os arbustos estavam demasiado densos mas já foram podados e duas ou três caldeiras junto às passadeiras foram suprimidas, por forma a melhorar a visibilidade. Também já deu instruções aos serviços para a substituição dos arbustos por outras plantas menos densas e mais rasteiras.
- ⇒ Passadeira frente ao ALDI – só está pintada em meia faixa de rodagem porque ela é para ser toda pintada e anulada.
- ⇒ Contentores junto ao Jardim Luís de Camões – já foram retirados, por questões de visibilidade. Referiu que os contentores de reciclagem não tinham grande utilização, tendo o Sr. Vereador Carlos Logrado sugerido que confirme esta informação, uma vez que é conhecedor da situação e não corresponde à verdade.
- ⇒ Sobre a passadeira na Embra, na zona do Pingo Doce, disse que vai analisar a situação.

O Sr. Presidente respondeu o seguinte:

- ⇒ As questões do cemitério e dos enfeites de Natal já foram respondidas pelo Sr. Vereador Paulo Vicente.
- ⇒ Saudou a Associação de Casal Galego pela realização da FAG e pelos apoios que conseguiu. A Câmara vai tentar apoiar no sentido de no próximo ano ter uma maior divulgação externa.
- ⇒ Sinalética – está a ser tratada em conjunto com todo o centro da cidade, para ser implementada com critério. Há uma empresa de design que se disponibilizou para fazer este trabalho para a Câmara, de forma gratuita, à semelhança do que está a fazer para o evento “Esculpir o aço”.
- ⇒ Camaratas femininas – ainda não foi colocada essa necessidade pela Direção dos Bombeiros. Houve um aumento do apoio da Câmara, dando e proporcionando aumento das suas receitas próprias, que talvez permitam também fazer alguma coisa.

- ⇒ Informou que na próxima reunião haverá novidades sobre as iniciativas propostas pela ACIMG, que são modestas, mas que a Câmara apoiará.
- ⇒ Cães – já foi respondido pelo Sr. Vereador. Informou que a comunicação com o ICNF tem sido difícil, esperando que possa vir a melhorar depois da reunião que se realizará em janeiro, possibilitando uma melhor colaboração, de modo a permitir que a Câmara possa intervir em alguns aspetos, tal como no caso das fontes.
- ⇒ Reconhecimento do mérito – está-se a trabalhar e todas as chegadas são bem-vindas.
- ⇒ Divulgação da agenda de eventos – é difícil, às vezes até o próprio aniversário das coletividades, porque a informação não chega a tempo. Ainda o fim de semana passado houve duas coletividades a festejar o respetivo aniversário no mesmo dia, o que fez com que a Câmara não tenha sido representada nas duas.
- ⇒ Passadeiras – os arbustos já foram cortados, mas a Câmara não tem culpa da má educação, falta de civismo e de respeito pelo próximo de alguns marinhenses. A este propósito lembrou um projeto antigo, de criação de uma escola de condução para crianças, pois talvez assim eles pudessem sensibilizar os pais.
- ⇒ Convidou todos a visitar a exposição “Esculpir o aço”.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** pediu autorização para que os assuntos da sua área, desde o ponto 39 até ao final da agenda, sejam discutidos em primeiro lugar, uma vez que vai ter que se ausentar antes do final da reunião, para prestar apoio a familiar doente, e assim ainda estará presente para esclarecer eventuais dúvidas que os assuntos possam suscitar.
Esta alteração da ordem de trabalhos mereceu a concordância de todos.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Terminado o período de antes da ordem do dia, o Sr. Presidente interrompeu a reunião, para um breve intervalo, que decorreu das 10:50 horas às 11:05 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
11/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 27, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2014

1010 - Presente a ata n.º 27, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 28 de novembro de 2014, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, por não ter estado presente na reunião.

3 - REQ. N. 1705/14, DATADO DE 07/11/2014 – PC N.º 173/09, DATADO DE 31/07/2009 – VIRGÍLIO DE JESUS LOURENÇO

1011 - Presente requerimento n.º 1705/14, datado de 2014/11/07, constante do processo camarário n.º 173/09, subscrito por **VIRGÍLIO DE JESUS LOURENÇO**, com o NIF n.º 146590139, residente no Beco dos Passagens, n.º 6, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da *“Legalização da alteração e ampliação de moradia e da construção de anexo”*, incidente sobre um prédio urbano, sito no Beco dos Passagens, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 19952 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19860-P da freguesia de Marinha Grande. Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2014/12/03, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da *“Legalização da alteração e ampliação de moradia e da construção de anexo”*, incidente sobre um prédio urbano, sito no Beco dos Passagens, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 19.952 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19860-P da freguesia de Marinha Grande, com o número de processo 173/09, com data de entrada em 2009/07/31, apresentado por VIRGÍLIO DE JESUS LOURENÇO, com o NIF 146590139, residente no Beco dos Passagens, n.º 6, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o projeto de arquitetura, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação, dos projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
11/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

2. Apresentação, em igual período, de Planta de Implantação, à escala 1/200, contendo a delimitação do prédio por forma a que fique assegurada a continuidade do Beco dos Passagens, de acordo com a delimitação constante da planta de implantação que integra o processo de licenciamento inicial (Processo Camarário n.º 1060/77), bem como indicação da respetiva área de cedência a reverter ao domínio público.

3. Instalação do recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e pela Declaração de retificação n.º 22- E/98, de 30/11.

4. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N. 1659/14, DATADO DE 30/10/014 – PC N.º 382/14, DATADO DE 30/10/2014 – SOLO E BETÃO - COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS PARA REVENDA E CONSTRUÇÃO CIVIL LDA

1012 - Presente pedido com o registo n.º 1659/14, datado de 30/10/2014 relativo a construção de edifício industrial, na Comeira, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 610 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 1.143, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 382/14, com data de entrada de 30/10/2014, apresentado por **SOLO E BETÃO - COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS PARA REVENDA E CONSTRUÇÃO CIVIL LDA**, com o NIPC 504583875, com sede na Rua dos Fundadores, n.º 12, Picassinós, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 04/12/2014, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido com condicionalismos.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a construção de edifício industrial, na Comeira, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 610 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 1.143, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 382/14, com data de entrada de 30/10/2014, apresentado por Solo e Betão - Compra e Venda de Imóveis para Revenda e Construção Civil Lda, com o NIPC 504583875, com sede na Rua dos Fundadores, n.º 12, Picassinós, freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
11/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

- 1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projectos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º RJUE;
- 2.- Aprovação, pela Câmara, do processo de obras de urbanização referente à requalificação do arruamento confinante.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1 – A emissão do respetivo alvará de licença de construção ficará condicionado à prévia prestação da caução relativa à realização das obras de urbanização a que se refere o n.º 2 dos condicionalismos da presente deliberação, nos termos do n.º 3 do artigo 25º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N. 1801/14, DATADO DE 25/11/2014 – PC N.º 345/14, DATADO DE 09/10/2014 – JOSÉ JOAQUIM OLIVEIRA PIEDADE

1013 - Presente pedido com o registo n.º 1801/14, datado de 25/11/2014, contendo os projetos de especialidade aplicáveis relativos ao processo de **licenciamento de obras de alteração a estabelecimento de restauração e bebidas**, existente na Avenida dos Pescadores, n.º 15 – A, R/C, na Praia da Vieira, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 190 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3.458, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 345/14, com data de entrada de 09/10/2014, apresentado por **JOSÉ JOAQUIM OLIVEIRA PIEDADE**, com o NIF 140 491 961, residente na Rua João Faustino, n.º 25, Talhões, Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 14/11/2014;
Presente informação técnica, datada de 28/11/2014, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites.
Presente informação técnica, datada de 02/12/2014, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento de obras de alteração a estabelecimento de restauração e bebidas, existente na Avenida dos Pescadores, n.º 15 – A, R/C, na Praia da Vieira, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 190 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3.458, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 345/14, com data de entrada de 09/10/2014, apresentado por **JOSÉ JOAQUIM OLIVEIRA PIEDADE**, com o NIF 140 491 961, residente na Rua João Faustino, n.º 25, Talhões, Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 – Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

4 – Nos termos do artigo 94.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG) as obras nas praias do concelho devem ser suspensas do dia 1 de julho até 31 de agosto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N. 1861/14, DATADO DE 04/12/2014 – PC N.º 427/14, DATADO DE 04/12/2014 – VISTA ALEGRE ATLANTIS SA

1014 - Presente requerimento n.º 1861/14, datado de 2014/12/04, constante do processo camarário n.º 427/14, subscrito por **VISTA ALEGRE ATLANTIS SA**, com o NIPC 500889139, com sede no lugar de Vista Alegre, s/n, r/c, freguesia de São Salvador, concelho de Ílhavo, referente ao pedido de licenciamento da obra de *“Conservação da antiga Fábrica Lusitana de Vidros Angolana”*, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua Eng. André Navarro, lugar de Matos, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 11.600, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 2.943 da respetiva freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer favorável emitido pela Direção Regional de Cultura do Centro, da Secretaria de Estado da Cultura, datado de 2014/11/20, dado o imóvel se encontrar classificado como Monumento de Interesse Público – Portaria n.º 306/2014, de 2014/05/14.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2014/12/05, que refere que o projeto apresentado se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de *“Conservação da antiga Fábrica Lusitana de Vidros Angolana”*, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua Eng. André Navarro, lugar de Matos, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 11.600, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 2943 da respetiva freguesia de Marinha Grande, com o número de processo 427/14, com data de entrada em 2014/12/04, apresentado por

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
11/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

VISTA ALEGRE ATLANTIS SA, com o NIPC 500889139, com sede no lugar de Vista Alegre, s/n, r/c, freguesia de São Salvador, concelho de Ílhavo, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais delibera informar a sociedade requerente que, caso venha a prever a ocupação da via pública para execução dos trabalhos previstos, nomeadamente junto da Rua Eng. André Navarro, deverá solicitar previamente a necessária autorização de ocupação de via pública, nos termos previstos no art. 83.º e seguintes do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N. 1507/14, DATADO DE 09/10/2014 – PC N.º 176/14, DATADO DE 21/05/2014 – TELMO JOSÉ BOM DUARTE e CLÁUDIA MANUEL FAUSTINO

1015 - Presente pedido de licenciamento da obra de construção de moradia e muros de vedação, no prédio sito na Rua 5 de Outubro, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4.400 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 11.847, com o processo n.º 176/14, com data de entrada de 2014/05/21, apresentado por **TELMO JOSÉ BOM DUARTE**, com o NIF 237024900, residente na Rua da Estremadura, n.º 4, lugar de Coucinheira, freguesia de Amor, concelho de Leiria e por **CLÁUDIA MANUEL FAUSTINO**, com o NIF 238929094, residente na Rua na Urbanização Gameiro, Lote 3, lugar de Sítio da Nazaré, concelho da Nazaré, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 2014/07/17;

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do artigo 20.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Presente informação técnica, datada de 2014/10/22, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de construção de moradia e muros de vedação, no prédio sito na Rua 5 de Outubro, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4.400 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 11.847, com o processo n.º 176/14, com data de entrada de 2014/05/21, apresentado por TELMO JOSÉ

BOM DUARTE, com o NIF 237024900, residente na Rua da Estremadura, n.º 4, lugar de Coucinheira, freguesia de Amor, concelho de Leiria e por **CLÁUDIA MANUEL FAUSTINO**, com o NIF 238929094, residente na Rua na Urbanização Gameiro, Lote 3, lugar de Sítio da Nazaré, concelho da Nazaré, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 2014/07/17 e considerando os pareceres técnicos que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, DEFERIR o mesmo com os seguintes condicionalismos:

1- Deverá executar passeio em calçada miúda de calcário com as dimensões 0,05m x 0,05m x 0,05m assente em almofada de pó de pedra após execução de uma sub-base em Tout-Venant com uma espessura média de 0,15m e lancil de calcário com uma espessura de 0,13 m e na zona da entrada deverá ser rebaixado.

No caso de existir uma área não pavimentada entre o betuminoso da rua existente e o passeio a construir, o remate do pavimento da rua ao passeio deverá ser executado em calçada grossa de calcário, fazendo a calçada um "fio de água"

2- Deverá Instalar o recetáculo postal domiciliário de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de Setembro;

3- Deverá assegurar a execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

Mais delibera informar aos requerentes do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverão, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverão, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 - Aquando do início da construção, após abertura das fundações, deverão o requerente solicitar a deslocação dos serviços da fiscalização à obra, para verificação da sua implantação.

4- Considerando que a operação se reporta à construção de edifício de habitação, cuja profundidade medida a partir da sua fachada fronteiria ao espaço público confinante é de 35,35 m de comprimento que, por si só, se enquadra na definição de operação de impacto semelhante a loteamento, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande – RMEUMMG, tal como comunicado no n.º 1 do ofício n.º 820/14, de 2014/07/22, verifica-se a necessidade, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 57.º do RJUE, de se proceder a cedências para espaços verdes de utilização coletiva e para equipamento de utilização coletiva, sendo que para os primeiros, nos termos da Portaria n.º 216-B/2008, de 3 de março, são devidos 28 m²/fogo e, para equipamento, 35 m²/fogo, perfazendo um total de 63 m², sendo que nos termos do n.º 4 do artigo 44.º do RJUE, caso não haja

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
11/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

lugar à cedência, por se considerar não justificar a localização na área de qualquer equipamento ou espaço verde, deverá ser o município compensado pelo seu valor, cujo cálculo do valor da compensação é feito de acordo com o disposto no artigo 127º do RMEUMMG.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N. 1167/10, DATADO DE 14/05/2010 – PC N.º 210/09, DATADO DE 24/09/2009 – IMA – IMOBILIÁRIA MARINHENSE, LDA.

1016 - Presente requerimento n.º 1167/10, datado de 2010/05/14, constante do processo camarário n.º 210/09, subscrito por IMA – IMOBILIÁRIA MARINHENSE, LDA., com o NIPC 501548777, com sede na Rua Diogo Stephens, n.º 1, freguesia e concelho de Marinha Grande, inerente ao pedido de licenciamento da obra de “*Construção de um edifício habitacional*”, incidente sobre dois prédios, um urbano e outro rústico, sitos no lugar de Outeiros da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descritos na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os n.ºs 3.150 e 3.149, e inscritos na matriz predial urbana sob o artigo n.º 1602 e na matriz predial rústica sob o artigo n.º 1998, respetivamente, ambos da freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande. Presente deliberação camarária datada de 2014/10/02, pela qual foi concedido à requerente, em sede de audiência prévia, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, o prazo de 15 dias para se pronunciar sobre o motivo subjacente à proposta de indeferimento da pretensão. Presente informação técnica datada de 2014/11/26, referindo que se encontra ultrapassado o prazo concedido à requerente, sem que tenha apresentado, até à data, quaisquer alegações relativas à referida proposta de indeferimento.

Analizada a pretensão, bem como a referida informação técnica que propõe o indeferimento do pedido, a Câmara Municipal, concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes, delibera INDEFERIR o pedido de licenciamento referente à obra de “*Construção de um edifício habitacional*”, incidente sobre dois prédios, um urbano e outro rústico, sitos no lugar de Outeiros da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descritos na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os n.ºs 3.150 e 3.149, e inscritos na matriz predial urbana sob o artigo n.º 1602 e na matriz predial rústica sob o artigo n.º 1998, respetivamente, ambos da freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, apresentado por IMA – IMOBILIÁRIA MARINHENSE, LDA., com o NIPC 501548777, com sede na Rua Diogo Stephens, n.º 1, freguesia e concelho de Marinha Grande, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação – RJUE, por violar normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente o n.º 9 do art. 5.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande em vigor, por falta de

verificação do cumprimento do Índice de Construção Bruto definido para a zona (0,5) “Área Envolvente do Aglomerado Urbano da Vieira de Leiria”, dado a área total de construção proposta para o edifício a construir (1.820,95m²) exceder a área máxima permitida para os prédios em causa (1.109,00m²), bem como pelo incumprimento da Densidade Habitacional Máxima aplicável (25 fogos/ha), dado o número de fogos propostos (9 fogos) exceder o número máximo de fogos permitidos para os prédios em causa (5 fogos).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N. 1236/12, DATADO DE 26/07/2012 – PC N.º 413/05, DATADO DE 08/06/2005 – MANUEL CARVALHO JÚNIOR

1017 - Presente processo de licenciamento de obra de construção de edifício habitacional constituído por três fogos, a que corresponde o processo n.º 413/05, registado em 2005/06/08, para o prédio rústico sito na Estrada do Pero Neto, lugar de Pero Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 9.104 e na matriz predial rústica sob o artigo n.º 4.198, da referida freguesia de Marinha Grande, apresentado por **MANUEL CARVALHO JÚNIOR**, com o NIF 150703244, com residência na Av. Vítor Gallo, n.º 100, freguesia e concelho de Marinha Grande, com aprovação final por deliberação camarária tomada na reunião de 2010/06/09. Presente informação técnica datada de 2014/11/27, sobre o limite do prazo fixado no n.º 1 e n.º 2 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, e duplicação do prazo pelo regime excecional de extensão dos prazos nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 26/2010 de 30 de março, para o interessado requerer a emissão do alvará.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 2014/11/27, e:

- 1- Considerando que o interessado, **MANUEL CARVALHO JÚNIOR**, com o NIF 150703244, com residência na Av. Vítor Gallo, n.º 100, lugar, freguesia e concelho de Marinha Grande foi notificado da deliberação final do pedido de licenciamento de obra de construção de edifício habitacional constituído por três fogos, a que corresponde o processo de licenciamento n.º 413/05, registado em 2005/06/08, para o prédio rústico sito na Estrada do Pero Neto, lugar de Pero Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 9 104 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 4.198, tomada em reunião de camarária de 2010/06/09, através do ofício n.º n.º 679/10, de 2010/06/16, rececionado em 2010/08/05.
- 2- Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação o interessado tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção ou seja até 2011/08/06, nos termos do n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;

- 3- Considerando que o prazo inicialmente conferido foi duplicado a pedido do interessado, por despacho do Presidente da Câmara datado de 2011/06/17, nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 26/2010 de 30 de março, comunicado ao interessado pelo ofício n.º 538/11, de 2011/06/29 e rececionado em 2011/06/30;
- 4- Considerando que o prazo foi ainda prorrogado, a pedido do interessado, por mais um ano, por despacho do Presidente da Câmara datado de 2012/08/01, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo 76.º, comunicado ao interessado pelo ofício n.º 671/12, de 2012/08/02 e rececionado em 2012/08/06;
- 5- Considerando que o interessado tinha até ao dia 2013/08/06 para requerer a emissão do respetivo alvará e que não o fez;
- 6- Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística nos termos do n.º 2 do artigo 71.º do RJUE;
- 7- Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

A Câmara Municipal, tendo a intenção de declarar a caducidade da licença referente ao processo n.º 413/05, registado em 2005/06/08, para construção de edifício habitacional constituído por três fogos, no prédio rústico sito na Estrada do Pero Neto, lugar de Pero Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 9.104 e na matriz predial sob o n.º 4.198, delibera, ao abrigo do n.º 2 e do n.º 5 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 100.º e 101.º do Código de Procedimento Administrativo - CPA, NOTIFICAR, o requerente, MANUEL CARVALHO JÚNIOR, com o NIF 150703244, com residência na Av. Vítor Gallo, n.º 100, lugar, freguesia e concelho de Marinha Grande, para se pronunciar, em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de 10 dias úteis a contar da sua notificação, sobre o presente projeto de declaração de caducidade da referida licença.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ. N. 1586/10, DATADO DE 25/06/2010 – PC N.º 143/07, DATADO DE 27/02/2007 – NOVA CARVALHEIRO E CRUZ, CONSTRUÇÕES, LDA.

1018 - Presente processo n.º 143/07, respeitante ao licenciamento e comunicação prévia referentes à obra de construção de moradia, anexo e muro de vedação e à operação de destaque de parcela, respetivamente, com registo de entrada de 2007/02/27, incidentes sobre o prédio sito na Rua da Escola, lugar de Fonte Santa, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 9.533 e inscrito na matriz rústica sob o artigo n.º 6.861, apresentado por **NOVA CARVALHEIRO E CRUZ, CONSTRUÇÕES, LDA.**, com o NIPC 507585089, com sede na Rua do Comércio n.º 25, lugar e freguesia de Carvide, concelho de Leiria, tendo o destaque bem

como o projeto de arquitetura sido aprovados por deliberação camarária tomada na reunião de 2007/08/23 e aprovação final do processo que ocorreu na reunião de Câmara datada de 2010/11/25.

Presente informação técnica datada de 2014/11/27.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 2014/11/27, e:

- 1- Considerando que a interessada, **NOVA CARVALHEIRO E CRUZ, CONSTRUÇÕES, LDA**, com o NIPC 507585089, com sede na Rua do Comércio n.º 25, lugar e freguesia de Carvide, concelho de Leiria, foi notificada da deliberação final do pedido de licenciamento da obra de construção de moradia, anexo e muro de vedação, a que corresponde o processo n.º 143/07, com registo de entrada de 2007/02/27, incidente sobre o prédio rústico sito na Rua da Escola, lugar de Fonte Santa, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 9.533 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 6.861, da referida freguesia de Marinha Grande, tomada em reunião camarária de 2010/11/25, através do ofício n.º n.º 1364/10, de 2010/11/30, rececionado em 2010/12/09.
- 2- Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação a empresa interessada tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção ou seja até 2011/12/10, nos termos do n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;
- 3- Considerando que o prazo inicialmente conferido foi prorrogado, a pedido da interessada, por mais um ano, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo 76.º;
- 4- Considerando que a empresa interessada tinha até ao dia 2012/12/10 para requerer a emissão do respetivo alvará e que não o fez;
- 5- Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística nos termos do n.º 2 do artigo 71.º do RJUE;
- 6- Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

A Câmara Municipal, tendo a intenção de declarar a caducidade da licença concedida por deliberação camarária tomada na reunião de 2010/11/25, referente ao processo n.º 143/07, registado em 2007/02/27, para construção de moradia, anexo e muro de vedação, no prédio rústico sito na Rua da Escola, lugar de Fonte Santa, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 9.533 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 6.861, delibera, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 100.º e 101.º do Código de Procedimento Administrativo - CPA, notificar, a sociedade requerente, NOVA CARVALHEIRO E CRUZ, CONSTRUÇÕES, LDA, com o NIPC 507585089, com sede na Rua do Comércio n.º 25, lugar e freguesia de Carvide, concelho de Leiria, para se pronunciar, em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de 10

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
11/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

dias úteis a contar da sua notificação, sobre o presente projeto de caducidade da referida licença.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - REQ. N. 843/10, DATADO DE 14/04/2010 – PC N.º 799/05, DATADO DE 14/11/2005 – ADRIANO BARBEIRO NETO e FELICIANO LOPES DA SILVA FELICIANO

1019 - Presente pedido de **licenciamento de obra de construção de edifício habitacional** constituído por quatro fogos, processo n.º 799/05, com registo de entrada datado de 2005/11/14, para o prédio rústico sito na Rua Amílcar Paulo Grilo, lugar do Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 11.953 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 7.759, apresentado por **ADRIANO BARBEIRO NETO**, com o NIF 145398498, com residência na Rua da Cruz, n.º 44, lugar de Casal dos Claros, freguesia de Amor e concelho de Leiria, e **FELICIANO LOPES DA SILVA FELICIANO**, com o NIF 109841433, com morada na Rua dos Poços, n.º 47, lugar de Casal dos Claros, Freguesia de Amor, concelho de Leiria, com aprovação final em 2009/04/06, por despacho do então Vereador do Pelouro do Urbanismo, Paisagismo, Planeamento e Ordenamento do Território, por subdelegação de competências do então Presidente da Câmara, datada de 21/11/2007.

Presente informação técnica datada de 2014/12/01, que propõe que seja declarada a caducidade da licença concedida por despacho datado de 2009/04/06, por estarem reunidos os requisitos previstos na lei.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 2014/12/01, e:

1- Considerando que os interessados, **ADRIANO BARBEIRO NETO**, com o NIF 145398498, com residência na Rua da Cruz, n.º 44, lugar de Casal dos Claros, freguesia de Amor e concelho de Leiria, e **FELICIANO LOPES DA SILVA FELICIANO**, com o NIF 109841433, com morada na Rua dos Poços, n.º 47, lugar de Casal dos Claros, Freguesia de Amor, concelho de Leiria, foram notificados do despacho, datado de 2009/04/06, de deferimento do pedido de **licenciamento de obra de construção de edifício habitacional** constituído por quatro fogos, processo n.º 799/05, registado em 2005/11/08, para o prédio sito Rua Amílcar Paulo Grilo, lugar do Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 11953 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 7759, do então Vereador do Pelouro do Urbanismo, Paisagismo, Planeamento e Ordenamento do Território, por subdelegação de competências do então Presidente da Câmara, datada de 21/11/2007, através do ofício n.º 558/09, de 2009/04/09, rececionado em 2009/04/21;

2- Considerando que sobre a data da notificação deste despacho o interessado tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção ou seja até 2010/04/22, nos termos do n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;

- 3- Considerando que o prazo inicialmente conferido foi duplicado, nos termos do n.º 3 do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 26/2010 de 30 de março;
- 4- Considerando que o prazo foi ainda prorrogado, a pedido do interessado, por mais um ano, por despacho do Presidente da Câmara datado de 2010/06/02, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo 76.º, comunicado ao interessado pelo ofício n.º 617/10, de 2010/06/08 e rececionado em 2010/06/15;
- 5- Considerando que o interessado tinha até 2012/04/21 para requerer a emissão do respetivo alvará e que não o fez;
- 6- Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística nos termos do n.º 2 do artigo 71.º do RJUE;
- 7- Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

A Câmara Municipal, tendo a intenção de declarar a caducidade da licença concedida pelo citado despacho datado de 2009/06/04, referente ao processo n.º 799/05, registado 2005/11/08, para construção de edifício habitacional constituído por quatro fogos, no prédio sito na Rua Amílcar Paulo Grilo, lugar do Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 11953 e inscrito na matriz rústica sob o artigo n.º 7759, delibera, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 100.º e 101.º do Código de Procedimento Administrativo - CPA, determina notificar, os requerentes, ADRIANO BARBEIRO NETO, com o NIF 145398498, com residência na Rua da Cruz, n.º 44, lugar de Casal dos Claros, freguesia de Amor e concelho de Leiria, e FELICIANO LOPES DA SILVA FELICIANO, com o NIF 109841433, com morada na Rua dos Poços, n.º 47, lugar de Casal dos Claros, freguesia de Amor, concelho de Leiria, para se pronunciarem, em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 10 dias úteis a contar da sua notificação, sobre o presente projeto de declaração de caducidade da referida licença.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - REQ. N. 1384/12, DATADO DE 20/08/2012— PC N.º 578/02, DATADO DE 26/06/2002 – MANUEL R. MARQUES – SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS, LDA.

1020 - Presente pedido de licenciamento referente à obra de "*Construção de edifício habitacional*", a que foi atribuído o número de processo 578/02, incidente sobre um prédio sito na Rua 1.º de Dezembro/Travessa dos Meninos, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1.659 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2.800, da freguesia de Marinha Grande, apresentado por **MANUEL R. MARQUES – SOCIEDADE DE**

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
11/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS, LDA., com o NIPC 502465883, com sede na Avenida Victor Galo, n.º 107, 3.º eq., freguesia e concelho de Marinha Grande.
Presente informação técnica datada de 2014/12/02.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 2014/12/02, que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e,

1. Considerando que a interessada, **MANUEL R. MARQUES – SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS, LDA.**, com o NIPC 502465883, com sede na Avenida Victor Galo, n.º 107, 3.º eq., freguesia e concelho de Marinha Grande, foi notificada da deliberação final de deferimento do pedido de licenciamento referente à obra de “*Construção de um edifício habitacional*”, a que foi atribuído o número de processo 578/02, incidente sobre um prédio sito na Rua 1.º de Dezembro/Travessa dos Meninos, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1.659 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2.800, da freguesia de Marinha Grande, tomada em reunião camarária de 2012/09/06, comunicada através do ofício n.º 786/12, de 2012/09/11, rececionado em 2012/09/27;
2. Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação a interessada tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção, ou seja, até 2013/09/28 (n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010 de 2 de setembro;
3. Considerando que o prazo conferido foi duplicado por mais um ano, nos termos do n.º 3 do art. 1.º do Decreto-Lei n.º 120/2013, de 21 de agosto, terminado em 2014/09/28 o prazo para o requerente solicitar o respetivo alvará;
4. Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística – n.º 2 do artigo 71.º do RJUE;
5. Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

A Câmara Municipal, tendo a intenção de declarar a caducidade da licença concedida por deliberação camarária datada de 2012/09/06, referente à obra de “*Construção de edifício habitacional*”, a que foi atribuído o número de processo 578/02, incidente sobre um prédio sito na Rua 1.º de Dezembro/Travessa dos Meninos, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1.659 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2.800, da freguesia de Marinha Grande, delibera, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 100.º e 101.º do CPA, notificar, a requerente **MANUEL R. MARQUES – SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS, LDA.**, com o NIPC n.º 502465883, com sede na Avenida Victor Galo, n.º 107, 3.º eq., freguesia e concelho de Marinha Grande, para se pronunciar, em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias úteis a contar da sua notificação, sobre o presente projeto de declaração de caducidade da referida licença.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
11/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**13 - REQ. N. 2817/09, DATADO DE 26/10/2009 – PC N.º 368/06, DATADO DE 30/05/2006
– FIEL AUTORA – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA.**

1021 - Presente pedido de licenciamento referente à obra de "*Construção de um bloco habitacional, anexos e muros*", a que foi atribuído o número de processo 368/06, incidente sobre um prédio rústico sito no lugar de Casal dos Lobos, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 5.504 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 1,710 da respetiva freguesia, apresentado por **FIEL AUTORA – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA.**, com o NIPC n.º 506655091, com sede na Rua de Setúbal, Edifício Porto Moniz, 4-B, freguesia de Leiria, concelho de Leiria.

Presente informação técnica datada de 2014/12/01.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 2014/12/01, que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e,

1. Considerando que a interessada, **FIEL AUTORA – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA.**, com o NIPC 506655091, com sede na Rua de Setúbal, Edifício Porto Moniz, 4-B, freguesia de Leiria e concelho de Leiria, foi notificada da deliberação final de deferimento do pedido de licenciamento referente à obra de "*Construção de um bloco habitacional, anexos e muros*", a que foi atribuído o número de processo 368/06, incidente sobre um prédio rústico sito no lugar de Casal dos Lobos, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, tomada em reunião camarária de 2007/11/29, comunicada através do ofício n.º 2517/07, de 2007/12/13, rececionado em 2007/12/18 (à falta de data de receção no correspondente aviso, considerou-se a data do carimbo dos CTT);

2. Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação o interessado tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção, ou seja, até 2008/12/19 (n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010 de 2 de setembro);

3. Considerando que o prazo inicialmente conferido foi prorrogado, a pedido do interessado, por mais um ano, nos termos do n.º 2 do art. 76.º do RJUE, comunicado através do ofício n.º 2092/08, de 2008/11/27, rececionado em 2008/11/28;

4. Considerando que o interessado tinha até ao dia 2009/12/19 para requerer a emissão do respetivo alvará e que não o fez;

5. Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística – n.º 2 do artigo 71.º do RJUE;

6. Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 11/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

A Câmara Municipal, tendo a intenção de declarar a caducidade da licença concedida por deliberação camarária de 2007/11/29, referente à obra de "*Construção de um bloco habitacional, anexos e muros*", a que foi atribuído o número de processo 368/06, incidente sobre um prédio rústico sito no lugar de Casal dos Lobos, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 5.504 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 1.710 da referida freguesia de Vieira de Leiria, delibera, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 100.º e 101.º do CPA, notificar, a sociedade requerente FIEL AUTORA – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA., com o NIPC 506655091, com sede na Rua de Setúbal, Edifício Porto Moniz, 4-B, freguesia de Leiria, concelho de Leiria, para se pronunciar, em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias úteis a contar da sua notificação, sobre o presente projeto de declaração de caducidade da referida licença.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - REQ. N. 998/00, DATADO DE 06/03/2000 – PC N.º 234/00, DATADO DE 06/03/2000 – EMÍLIO JOSÉ JESUS RATO

1022 - Presente processo n.º 234/00, apresentado por **Emílio José Jesus Rato**, portador do NIF 145 583 384, residente na avenida Dr. José Henriques Vareda, n.º 102, Marinha Grande, datado de 6/03/2000, relativo a **legalização de alterações num edifício destinado a estabelecimento de restauração e bebidas, habitação e casa de hóspedes (alojamento local)**, sito na rua D. Fernando I, n.º 19, S. Pedro de Moel, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 70.896 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 4.419, da freguesia de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura, relativo a alterações detetadas em sede de vistoria, foi aprovado em reunião de Câmara de 21/02/2008;

Presente informação técnica datada de 03/12/2014, propondo que se declare a caducidade da deliberação tomada em reunião de 21/02/2008 relativa a esta operação urbanística;

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 3/12/2014, e:

- 1- Considerando que o interessado, **EMÍLIO JOSÉ JESUS RATO**, portador do NIF 145 583 384, residente na Avenida Dr. José Henriques Vareda, n.º 102, freguesia e concelho de Marinha Grande, solicitou a 06/03/2000, a **legalização de alterações num edifício destinado a estabelecimento de restauração e bebidas, habitação e casa de hóspedes (alojamento local)**, sito na rua D. Fernando I, n.º 19, S. Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 70.896 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 44.19, da referida freguesia de Marinha Grande;

- 2- Considerando que a Câmara deliberou aprovar o respetivo projeto de arquitetura em 21/02/2008;
- 3- Considerando que a notificação da deliberação camarária que aprovou o projeto de arquitetura, feita pelo ofício n.º 470 de 03/03/2008, foi recebida a 04/03/2008;
- 4- Considerando que o requerente devia ter apresentado, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, os projetos das especialidades no prazo de seis meses a contar do dia seguinte ao da receção do ofício referido em 3, ou seja, até ao dia 05/09/2008, o que não fez;
- 5- Considerando que a falta de apresentação dos projetos das especialidades no prazo referido no número anterior, implica a suspensão do processo de licenciamento pelo período máximo de seis meses, findo o qual é declarada a caducidade após audiência prévia do interessado;
- 6- Considerando que o período de suspensão terminou a 5/03/2009;
- 7- Considerando que se encontram reunidas as condições para ser declarada a caducidade da deliberação que aprovou o projeto de arquitetura, nos termos do n.º 6 artigo 20º do RJUE;

Delibera, ao abrigo do n.º 6 do artigo 20.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), notificar, o requerente, EMÍLIO JOSÉ JESUS RATO, portador do NIF 145 583 384, residente na Avenida Dr. José Henriques Vareda, n.º 102, Marinha Grande, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias úteis a contar da sua notificação, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do CPA, sobre a intenção de declarar a caducidade da deliberação camarária datada de 21/02/2008 que aprovou o projeto de arquitetura, referente ao processo n.º 234/00, para legalização de alterações num edifício destinado a estabelecimento de restauração e bebidas, habitação e casa de hóspedes (alojamento local), sito na Rua D. Fernando I, n.º 19, S. Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 70.896 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 4.419, da referida freguesia de Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 - REQ. N. 1549/09, DATADO DE 16/06/2009 – PC N.º 218/07, DATADO DE 29/03/2007 – COMPOSTOS LIS – ALIMENTOS COMPOSTOS PARA ANIMAIS, LDA

1023 - Presente processo n.º 218/07, apresentado por **COMPOSTOS LIS – ALIMENTOS COMPOSTOS PARA ANIMAIS, LDA**, com sede na Rua Maria Elisa, n.º 1500, Casalito, Amor, Leiria, respeitante ao licenciamento de um reservatório de gasóleo, de 20.000 litros e posto de abastecimento para consumo próprio, para o qual não foi solicitado o respetivo alvará

de construção e que, não obstante esse facto, se encontra já instalado na Quinta do Fagundo, na Amieira, freguesia e concelho da Marinha Grande.
Presente informação jurídica datada de 28-11-2014, que se debruçou sobre o assunto.

A Câmara Municipal analisou o referido processo, bem como a informação jurídica, datada de 28-11-2014, sobre o assunto e:

- Considerando que a sociedade Compostos Lis – Alimentos Compostos Para Animais, Lda, com sede na Rua Maria Elisa, n.º 1500, Casalito Amor, Leiria, solicitou em 29-03-2007, através do requerimento n.º 1227, o licenciamento de um reservatório de gasóleo, de 20.000 litros, e posto de abastecimento para consumo próprio;
- Considerando que o pedido veio a ser deferido por deliberação camarária datada de 26-11-2009;
- Considerando que a interessada foi notificada do teor desta deliberação em 18-01-2010, através do ofício n.º 41/10, de 13-01-2010;
- Considerando que desde a sua notificação decorreu o prazo de um ano, previsto no n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, aplicável ao caso por força do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 267/2002, sem que a interessada tivesse requerido o respetivo alvará para execução das ditas obras;
- Considerando que a requerente beneficiou da extensão de prazos prevista no n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei 26/2010, de 30 de março;
- Considerando que por o mesmo não ter solicitado atempadamente a emissão do respetivo alvará, a licença, concedida através da deliberação de 26-11-2009, caducou nos termos do n.º 2 do artigo 71.º do mencionado Decreto-Lei n.º 555/99;

Delibera notificar, reunidos que estão os requisitos previstos no n.º 2 do já citado artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/91, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei 26/2010, de 30 de março, a sociedade COMPOSTOS LIS – ALIMENTOS COMPOSTOS PARA ANIMAIS, LDA, com sede na Rua Maria Elisa, n.º 1500, Casalito Amor, Leiria, para nos termos do artigo 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo – CPA – se pronunciar, por escrito, no prazo de 10 dias a contar da data da sua notificação, em sede de AUDIENCIA PRÉVIA, sobre a intenção desta Câmara Municipal em declarar a caducidade da licença concedida por deliberação de 26-11-2007, para construção de um reservatório de gasóleo, de 20.000 litros e instalação de posto de abastecimento para consumo próprio, na Quinta do Fagundo, na Amieira, freguesia e concelho da Marinha Grande, por a mesma ter ocorrido em 19-01-2012.

Mais delibera notificar a interessada para que, no prazo de 10 dias úteis contados da sua notificação, apresente novo processo de licenciamento, instruído nos termos da legislação em vigor – Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro na redação do Decreto-Lei n.º 217/2012, de 09 de outubro que o republicou e Portaria n.º 1188/2003, de 10 de outubro, na redação da Portaria n.º 1515/2007, de 30 de novembro - uma vez que foi detetado que o referido posto de abastecimento se encontra em funcionamento, sem a necessária licença de exploração.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
11/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

**16 - REQ. N. 1926/11, DATADO DE 20/09/2011 – PC N.º 210/11, DATADO DE 01/06/2011 –
EDUARDO TEODÓSIO AMARAL**

1024 - Presente processo de **licenciamento** referente à **obra de construção de moradia, anexo e muros de vedação**, a que foi atribuído o número de processo 210/11, a erigir no prédio sito na Travessa do Cais, lugar de Pedra Ruiva, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2.529 e inscrito na matriz predial urbana sob o n. 4.462, apresentado por **EDUARDO TEODÓSIO AMARAL**, com o NIF 111374766, com residência na Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral, n.º 44, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, tendo o projeto de arquitetura sido aprovado por deliberação camarária datada de 2012/06/20.

Presente deliberação camarária datada de 2014/07/17, pela qual foi concedido ao requerente, em sede de audiência prévia, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, o prazo de 15 dias para se pronunciar sobre a intenção da Câmara Municipal declarar a caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura para a realização da referida operação urbanística.

Presente parecer técnico datado de 2014/11/25, referindo que se encontra ultrapassado o prazo concedido ao requerente, sem que esta tenha apresentado quaisquer alegações subjacentes à referida intenção.

A Câmara Municipal analisou a pretensão bem como o parecer técnico que sobre ela recaiu, datado de 2014/11/25, e tendo verificado que depois de devidamente notificada em sede de audiência prévia, o requerente nada alegou em relação à referida intenção, e:

- Considerando que o interessado, **EDUARDO TEODÓSIO AMARAL**, com o NIF 111374766, com residência na Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral, n.º 44, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, solicitou, em 2011/06/01, o licenciamento da obra de **construção de moradia, anexo e muros de vedação**, a que foi atribuído o número de processo 210/11, incidente sobre o prédio sito Travessa do Cais, lugar de Pedra Ruiva, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2.529 e inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 4.462.

- Considerando que a Câmara deliberou aprovar o respetivo projeto de arquitetura em 2012/06/20;

- Considerando que o interessado foi notificado desta aprovação através do nosso ofício n.º 550/12, datado de 22/06/2012, rececionado em 27/06/2012;

- Considerando que, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o requerente deveria ter apresentado os projetos das especialidades no prazo de seis meses a contar da notificação da deliberação camarária que aprovou o projeto de arquitetura, ou seja até 2012/12/28, e que não o fez;

- Considerando que a falta de apresentação dos projetos das especialidades, no prazo referido, no anterior parágrafo, implica a suspensão do processo de licenciamento pelo

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
11/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

período máximo de seis meses, ou seja até 2013/06/28, de acordo com o n.º 6 do citado artigo 20.º do RJUE;

- Considerando que nesta data já decorreram os seis meses de suspensão, e que por esse facto estão reunidas as condições para ser declarada a caducidade da deliberação que aprovou o projeto de arquitetura, conforme n.º 6 artigo 20.º do RJUE;

- Considerando que o prazo de 15 dias concedido, em sede de audiência prévia, para que o interessado apresentasse as alegações que entendesse pertinentes, de acordo com a deliberação tomada na reunião de Câmara de 17/07/2014, comunicada através do nosso ofício n.º 816/14, de 22/07/2014, rececionado em 28/07/2014, terminou em 19/08/2014;

Delibera, ao abrigo do n.º 6 do artigo 20.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, DECLARAR A CADUCIDADE do ato datado de 20/06/2012 que aprovou o projeto de arquitetura relativo ao pedido de licenciamento da obra de construção de moradia, anexo e muros de vedação, a que foi atribuído o número de processo 210/11, a erigir no prédio urbano sito na Travessa do Cais, lugar de Pedra Ruiva, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2.529 e inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 4.462, apresentado por EDUARDO TEODÓSIO AMARAL, com o NIF 111374766, com residência na Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral, n.º 44, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, por terem decorridos os prazos previstos no referido regime jurídico, para que o requerente apresentasse os respetivos projetos das especialidades.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - REQ. N. 1795/14, DATADO DE 24/11/2014 – PC N.º 413/14 , DATADO DE 24/11/2014 – TUBOFURO - TUBOS EM PVC SA

1025 - Presente requerimento n.º 1795/14, datado de 24/11/2014, subscrito por TUBOFURO - TUBOS EM PVC SA, com o NIPC 504086685, com sede na Avenida o Brasil, n.º1, 9º, freguesia de Alvalade, concelho de Lisboa, referente ao pedido de licenciamento de ocupação da via pública com rede, numa área de 75,00 m2, para apoio à execução de trabalhos referentes à obra de demolição de edifício (instalações industriais), licenciada no âmbito do processo camarário n.º 59/14, aprovado em reunião de Câmara de 19/06/2014, a executar em Rua Pires de Campos, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, para o qual foi emitido o alvará de demolição n.º 86/14, de 22/10/2014, válido até 21/04/2015.

Presente de parecer dos Serviços de Fiscalização, datado de 28/11/2014, a enquadrar devidamente a pretensão.

Após análise da pretensão, considerando o parecer que sobre ela recaiu, a Câmara delibera DEFERIR o pedido de licenciamento de ocupação da via pública, apresentado a

coberto do requerimento n.º 1795/14, datado de 24/11/2014, subscrito por TUBOFURO - TUBOS EM PVC SA, com o NIPC 504086685, com sede na Avenida o Brasil, n.º1, 9º, freguesia de Alvalade, concelho de Lisboa, referente ao pedido de ocupação da via pública com rede, numa área de 75,00 m2, para apoio à execução de trabalhos referentes à obra de demolição de edifício (instalações industriais), licenciada no âmbito do processo camarário n.º 59/14, aprovado em reunião de Câmara de 19/06/2014, a executar em Rua Pires de Campos, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, para o qual foi emitido o alvará de demolição n.º 86/14, de 22/10/2014, válido até 21/04/2015, por um período de um mês, com os seguintes condicionalismos:

- a) Uma vez que é necessária a ocupação total do passeio, deverá, obrigatoriamente, promover a construção de corredores para peões, devidamente vedados, sinalizados, protegidos lateral e superiormente, com as dimensões mínimas de 1,00 m de largura e 2,20m de altura, conforme dispõe o n.º 4 do artigo 87.º do RMEUMG – Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor;
- b) Deverão ser salvaguardadas todas as demais normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do RMEUMG e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

18 - REQ. N. 1827/14, DATADO DE 28/11/2014 – PC N.º 195/14, DATADO DE 05/06/2014 – ANÍBAL H. ABRANTES - INDÚSTRIAS DE MOLDES E PLÁSTICOS, S.A.

1026 - Presente requerimento n.º 1827/14, datado de 28/11/2014, subscrito por ANÍBAL H. ABRANTES - INDÚSTRIAS DE MOLDES E PLÁSTICOS, S.A., com o NIPC 500311943, com sede na Rua da Indústria, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento de ocupação da via pública com andaimes, numa área de 40,00 m², por um período de 1 mês, para apoio à execução de trabalhos referentes às obras de alterações interiores, da fachada e da cobertura do edifício sito na Rua Aníbal H. Abrantes, freguesia e concelho de Marinha Grande, licenciada no âmbito do processo camarário n.º 195/14, aprovado em reunião de Câmara de 19/06/2014, para o qual foi emitido o alvará de obras de alteração n.º 70/14, de 25/07/2014, válido até 24/03/2015.

Presente de parecer dos Serviços de Fiscalização, datado de 28/11/2014, a enquadrar devidamente a pretensão.

Após análise da pretensão, considerando o parecer que sobre ela recaiu, a Câmara delibera DEFERIR o pedido de licenciamento de ocupação da via pública, apresentado a coberto do requerimento n.º 1827/14, datado de 28/11/2014, subscrito por ANÍBAL H. ABRANTES - INDÚSTRIAS DE MOLDES E PLÁSTICOS, S.A., com o NIPC 500311943, com sede na Rua da Indústria, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento de ocupação da via pública com andaimes, numa área de 40,00 m², por um período de um mês, para apoio à execução de trabalhos referentes às obras de

alterações interiores, da fachada e da cobertura do edifício sito na Rua Aníbal H. Abrantes, freguesia e concelho de Marinha Grande, licenciada no âmbito do processo camarário n.º 195/14, aprovado em reunião de Câmara de 19/06/2014, para o qual foi emitido o alvará de obras de alteração n.º 70/14, de 25/07/2014, válido até 24/03/2015, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os andaimes deverão ser revestidos pelo lado de fora e em todo o seu perímetro, com material adequado, como seja rede de malha fina ou tela apropriada, por forma a garantir a segurança de pessoas e bens, dentro da obra e fora dela;
- b) Deverão ser salvaguardadas todas as demais normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do RMEUMG – Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

19 - REQ. N. 1603/14, DATADO DE 24/10/2014 – PC N.º 368/14, DATADO DE 24/10/2014 – NOS COMUNICAÇÕES, SA.

1027 - Presente requerimento n.º 1603/14, datado de 24/10/2014, subscrito por NOS COMUNICAÇÕES, SA., com o NIPC 502604751, com sede na Rua Actor António Silva, n.º 9, Campo Grande, freguesia de Alvalade, concelho de Lisboa, referente ao pedido de ocupação da via pública para instalação de rede de comunicações eletrónicas com passagem de cabo em condutas e postes já existentes, numa extensão de 55,00 metros, a levar a efeito na Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 19/11/2014, sobre o assunto.

Após análise do pedido de licenciamento ocupação da via pública apresentado NOS COMUNICAÇÕES, SA., com o NIPC 502604751, com sede na Rua Actor António Silva, n.º 9, Campo Grande, freguesia de Alvalade, concelho de Lisboa, referente ao pedido de ocupação da via pública para instalação de rede de comunicações eletrónicas com passagem de cabo em condutas e postes já existentes, numa extensão de 55,00 metros, a levar a efeito na Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera DEFERIR, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos eventualmente intervencionados deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra.
- b) Deverá ser promovida a adequada sinalização do local, de forma a garantir a segurança da circulação rodoviária e pedonal de toda a zona.
- c) Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 11/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

- d) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

20 - REQ. N. 1680/14, DATADO DE 03/11/2014 – PC N.º 387/14, DATADO DE 03/11/2014 – VODAFONE TELECEL-COMUNICAÇÕES PESSOAIS,S.A.

1028 - Presente requerimento n.º 1680/14, datado de 03/11/2014, subscrito por VODAFONE TELECEL-COMUNICAÇÕES PESSOAIS,S.A., com o NIPC 502544180, com sede em Avenida D. João II, Lote 1.04.01, 7.º Piso poente, freguesia de Parque das Nações, concelho de Lisboa, referente ao pedido de ocupação da via pública com abertura de vala numa extensão total de 8,00 metros de faixa de rodagem, para realização de trabalhos respeitantes a instalação de cabo de fibra óptica, a levar a na Rua da Estação, da freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 19/11/2014, sobre o assunto.

Após análise do pedido de licenciamento de ocupação da via pública apresentado por VODAFONE TELECEL-COMUNICAÇÕES PESSOAIS,S.A., com o NIPC 502544180, com sede em Avenida D. João II, Lote 1.04.01, 7.º Piso poente, freguesia de Parque das Nações, concelho de Lisboa, referente a ocupação da via pública com abertura de vala numa extensão total de 8,00 metros de faixa de rodagem, para realização de trabalhos respeitantes a instalação de cabo de fibra óptica, a levar a na Rua da Estação, da freguesia e concelho de Marinha Grande e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera DEFERIR, com os seguintes condicionalismos:

- a) O pavimento deverá ser reposto em betão betuminoso nas devidas condições;
- b) Deverá ser promovida a adequada sinalização do local, de forma a garantir a segurança da circulação rodoviária e pedonal de toda a zona.
- c) Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- d) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

21 - REQ. N. 1740/14, DATADO DE 12/11/2014 – PC N.º 404/14, DATADO DE 12/11/14 – VODAFONE TELECEL-COMUNICAÇÕES PESSOAIS, S.A.

1029 - Presente requerimento n.º 1740/14, datado de 12/11/2014, subscrito por **VODAFONE TELECEL-COMUNICAÇÕES PESSOAIS, S.A.**, com o NIPC 502544180, com sede em Avenida D. João II, Lote 1.04.01, 7.º Piso poente, freguesia de Parque das Nações, concelho de Lisboa, referente ao **pedido de ocupação da via pública** para realização de trabalhos respeitantes a instalação de infraestruturas eletrónicas com passagem de cabo em infraestruturas existentes, a levar a efeito na Rua Forno da telha, Rua Fonte dos Ingleses, Rua dos Outeirinhos, Avenida José Gregório, Beco da Avenida José Gregório, Rua Ana Marques, Rua das Laranjeiras, Rua Ilha do Pico, Rua das Figueiras, Travessa da Fonte das Figueiras, Rua dos Cabeços, Rua dos Fetos, Estrada da Garcia, Rua do Rosmaninho, Rua dos Cardos e Rua do Bico, todas da freguesia e concelho de Marinha Grande.
Presente parecer técnico da Divisão Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 05/12/2014, sobre o assunto.

Após análise do pedido de licenciamento de ocupação da via pública apresentado por VODAFONE TELECEL-COMUNICAÇÕES PESSOAIS, S.A., com o NIPC 502544180, com sede em Avenida D. João II, Lote 1.04.01, 7.º Piso poente, freguesia de Parque das Nações, concelho de Lisboa, referente a ocupação da via pública para realização de trabalhos respeitantes a instalação de infraestruturas eletrónicas com passagem de cabo em infraestruturas existentes, a levar a efeito na Rua Forno da telha, Rua Fonte dos Ingleses, Rua dos Outeirinhos, Avenida José Gregório, Beco da Avenida José Gregório, Rua Ana Marques, Rua das Laranjeiras, Rua Ilha do Pico, Rua das Figueiras, Travessa da Fonte das Figueiras, Rua dos Cabeços, Rua dos Fetos, Estrada da Garcia, Rua do Rosmaninho, Rua dos Cardos e Rua do Bico, todas da freguesia e concelho de Marinha Grande e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera DEFERIR, com os seguintes condicionalismos:

- a) Em todas as caixas de visita que forem abertas deve ser avaliado o seu estado de conservação, caso necessitem., deverão promover a respetiva reparação;
- b) Deverão promover a substituição de todas as tampas e aros das caixas que não se encontrem nas devidas condições de segurança;
- c) Deverão promover o nivelamento de todas as tampas e aros que não se encontrem à cota do pavimento da zona envolvente;
- d) Os pavimentos eventualmente intervencionados deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra;
- e) Deverá ser promovida a adequada sinalização do local, de forma a garantir a segurança da circulação rodoviária e pedonal de toda a zona.
- f) Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- g) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.
- h) Em todos os trabalhos a realizar em propriedade privada deverão previamente solicitar a autorização junto dos respetivos proprietários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 11/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

22 - REQ. N. 1741/14, DATADO DE 12/11/2014 – PC N.º 405/14, DATADO DE 12/11/14 – VODAFONE TELECEL-COMUNICAÇÕES PESSOAIS, S.A.

1030 - Presente requerimento n.º 1741/14, datado de 12/11/2014, subscrito por **VODAFONE TELECEL-COMUNICAÇÕES PESSOAIS, S.A.**, com o NIPC 502544180, com sede em Avenida D. João II, Lote 1.04.01, 7.º Piso poente, freguesia de Parque das Nações, concelho de Lisboa, referente ao **pedido de ocupação da via pública** para realização de trabalhos respeitantes a instalação de infraestruturas eletrónicas com passagem de cabo em infraestruturas existentes, a levar a efeito na Rua Prof. Dr. José Custódio de Moraes, Rua Miguel Torga, Rua da Várzea, Rua Alfredo Gândara, Rua Justino Magalhães, Avenida José Gregório, Rua do Salgueiro, Rua Guilherme Pereira Roldão, Rua D. João Pereira Venâncio, Rua Quinta das Nespereiras, Rua 25 de Abril, E.N. 242, Rua Alves Redol, Rua das Raízes, Rua dos Lapidários, Rua dos Pintores de Vidros, Rua dos Rolhistas, Rua Álvaro Cunhal, Rua do Repouso, Rua Manuel Baridó, Rua da Esperança, Rua Ponto da Boavista e Rua Manuel Francisco, todas da freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 05/12/2014, sobre o assunto.

Após análise do pedido de licenciamento de ocupação da via pública apresentado por VODAFONE TELECEL-COMUNICAÇÕES PESSOAIS, S.A., com o NIPC 502544180, com sede em Avenida D. João II, Lote 1.04.01, 7.º Piso poente, freguesia de Parque das Nações, concelho de Lisboa, referente a ocupação da via pública para realização de trabalhos respeitantes a instalação de infraestruturas eletrónicas com passagem de cabo em infraestruturas existentes, a levar a efeito na Rua Prof. Dr. José Custódio de Moraes, Rua Miguel Torga, Rua da Várzea, Rua Alfredo Gândara, Rua Justino Magalhães, Avenida José Gregório, Rua do Salgueiro, Rua Guilherme Pereira roldão, Rua D. João Pereira Venâncio, Rua Quinta das Nespereiras, Rua 25 de Abril, Rua Alves Redol, Rua das Raízes, Rua dos Lapidários, Rua dos Pintores de Vidros, Rua dos Rolhistas, Rua Álvaro Cunhal, Rua do Repouso, Rua Manuel Baridó, Rua da Esperança, Rua Ponto da Boavista e Rua Manuel Francisco, todas da freguesia e concelho de Marinha Grande e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera DEFERIR, com os seguintes condicionalismos:

- a) Em todas as caixas de visita que forem abertas deve ser avaliado o seu estado de conservação, caso necessitem., deverão promover a respetiva reparação;**
- b) Deverão promover a substituição de todas as tampas e aros das caixas que não se encontrem nas devidas condições de segurança;**
- c) Deverão promover o nivelamento de todas as tampas e aros que não se encontrem à cota do pavimento da zona envolvente;**
- d) Os pavimentos eventualmente intervencionados deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra;**
- e) Deverá ser promovida a adequada sinalização do local, de forma a garantir a segurança da circulação rodoviária e pedonal de toda a zona.**
- f) Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.**

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
11/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

- g) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.
- h) Em todos os trabalhos a realizar em propriedade privada deverão previamente solicitar a autorização junto dos respetivos proprietários.

Quanto à intervenção prevista na Avenida Vitor Gallo e Rua de Leiria (E.N. 242), uma vez que estes arruamentos estão sob a jurisdição das Estradas de Portugal, S.A., deverão solicitar a autorização para execução dos trabalhos àquela entidade.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

23 - REQ. N. 1739/14, DATADO DE 12/11/2014 – PC N.º 403/14, DATADO DE 12/11/14 – VODAFONE TELECEL-COMUNICAÇÕES PESSOAIS, S.A.

1031 - Presente requerimento n.º 1739/14, datado de 12/11/2014, subscrito por VODAFONE TELECEL-COMUNICAÇÕES PESSOAIS, S.A., com o NIPC 502544180, com sede em Avenida D. João II, Lote 1.04.01, 7.º Piso poente, freguesia de Parque das Nações, concelho de Lisboa, referente ao **pedido de ocupação da via pública** para realização de trabalhos respeitantes a instalação de infraestruturas eletrónicas com passagem de cabo em infraestruturas existentes, a levar a efeito na Rua de S. Pedro de Moel, Rua da Portela, Rua dos Castanheiros, Rua Aquilino Ribeiro, Avenida Vítor Gallo, Rua da Restauração, Largo Ilídio de Carvalho, Avenida Aníbal Guedes Coelho, Rua Joaquim Barosa, Rua Dr. Pedro Viana, Rua Marques de Pombal, Travessa 5 de Outubro, Rua Manuel Pereira Roldão, Rua da Indústria Vidreira, Rua D. João Pereira Venâncio, Rua Quinta das Nespereiras e Rua Professor Virgílio de Moraes, todas da freguesia e concelho de Marinha Grande. Presente parecer técnico da Divisão Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 05/12/2014, sobre o assunto.

Após análise do pedido de licenciamento de ocupação da via pública apresentado por VODAFONE TELECEL-COMUNICAÇÕES PESSOAIS, S.A., com o NIPC 502544180, com sede em Avenida D. João II, Lote 1.04.01, 7.º Piso poente, freguesia de Parque das Nações, concelho de Lisboa, referente a ocupação da via pública para realização de trabalhos respeitantes a instalação de infraestruturas eletrónicas com passagem de cabo em infraestruturas existentes, a levar a efeito na Rua da Portela, Rua dos Castanheiros, Rua Aquilino Ribeiro, Rua da Restauração, Largo Ilídio de Carvalho, Avenida Aníbal Guedes Coelho, Rua Joaquim Barosa, Rua Dr. Pedro Viana, Rua Marques de Pombal, Travessa 5 de Outubro, Rua Manuel Pereira Roldão, Rua da Indústria Vidreira, Rua D. João Pereira Venâncio, Rua Quinta das Nespereiras, todas da freguesia e concelho de Marinha Grande e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera DEFERIR, com os seguintes condicionalismos:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 11/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

- a) Em todas as caixas de visita que forem abertas deve ser avaliado o seu estado de conservação, caso necessitem., deverão promover a respetiva reparação;
- b) Deverão promover a substituição de todas as tampas e aros das caixas que não se encontrem nas devidas condições de segurança;
- c) Deverão promover o nivelamento de todas as tampas e aros que não se encontrem à cota do pavimento da zona envolvente;
- d) Os pavimentos eventualmente intervencionados deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra;
- e) Deverá ser promovida a adequada sinalização do local, de forma a garantir a segurança da circulação rodoviária e pedonal de toda a zona.
- f) Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- g) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.
- h) Em todos os trabalhos a realizar em propriedade privada deverão previamente solicitar a autorização junto dos respetivos proprietários.

Quanto à intervenção prevista na Avenida Vítor Gallo , Rua de S. Pedro de Moel e Rua Professor Virgílio de Moraes, uma vez que estes arruamentos correspondem a uma via que se encontra sob a jurisdição das Estradas de Portugal, S.A., (E.N. 242) deverão solicitar a autorização para a execução dos trabalhos àquela entidade.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

24 - REQ. N. 1690/14, DATADO DE 06/11/2014 – PC N.º 390/14, DATADO DE 06/11/2014 – VANGEST – ENGENHARIA FINANCEIRA E GESTÃO, S.A.

1032 - Presente pedido com o registo n.º 1690/14, datado de 06/11/2014 relativo a **pedido de informação prévia para a criação de uma unidade industrial** a instalar na Marinha Pequena, nos prédios registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.º 19806 e 3084 e inscritos na matriz predial rústica respetivamente sob os artigos n.º 11353 e 1094, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo n.º 390/14, com data de entrada de 06/11/2014, apresentado por **VANGEST - ENGENHARIA FINANCEIRA E GESTÃO, S.A.**, com o NIPC 503 536 725, com sede na Rua de Leiria, n.º 210, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 09/12/2014, que atesta ser viável, com condicionalismos, a pretensão apresentada.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

Informar, nos termos do artigo 16.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e

alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, ser viável a criação de uma unidade industrial a instalar na Marinha Pequena, nos prédios registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.º 19806 e 3084 e inscritos na matriz predial rústica respetivamente sob os artigos n.º 11353 e 1094, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo n.º 390/14, com data de entrada de 06/11/2014, apresentado por VANGEST - ENGENHARIA FINANCEIRA E GESTÃO, S.A., com o NIPC 503 536 725, com sede na rua de Leiria, n.º 210, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1.- Apresentação e aprovação de processo de obras de urbanização que assegure a execução do seguinte:

a) Execução da extensão do arruamento existente a oeste, ao longo da frente sudoeste do terreno e assegurando a sua largura, devendo a largura da faixa de rodagem ser reduzida progressivamente até à largura do arruamento existente a sul, mantendo-se a restante área de cedência em material de agregado britado;

b) A extensão do arruamento deve considerar a abertura de caixa na totalidade da faixa de rodagem do troço do arruamento a construir, com uma estrutura de pavimento constituída por uma camada de sub-base em agregado britado de granulometria extensa (ABGE), seguida de uma camada de base em mistura betuminosa densa e uma camada de desgaste em betão betuminoso.

c) Deverá assegurar-se a execução de sinalização horizontal, desde a frente sudoeste do terreno até ao cruzamento com a rua da Indústria Metalúrgica, garantindo os seguintes aspetos:

c.1) Marcação do separador central em pintura termoplástica branca com raias oblíquas e linha contínua – M1, no troço do arruamento com perfil 2x6m até ao cruzamento com a rua da Indústria Metalúrgica;

c.2) Marcas longitudinais constituídas por linha descontínua (LBT), na marcação dos eixos das faixas de rodagem e linha descontínua de abrandamento – M6;

c.3) Marcas orientadoras de sentido de trânsito constituídas por setas de desvio na zona de estreitamento;

d) Deverá igualmente prever-se a instalação de sinalização vertical, que deverá contemplar um sinal de perigo A 4 a – passagem estreita.

e) Prolongamento da rede pública de iluminação, desde o seu remate atual até ao limite sul da frente sudoeste do terreno;

f) Prolongamento da rede pública de abastecimento de água, ao longo do caminho existente a norte do terreno, desde o seu atual remate até à frente do terreno agora em causa.

2.- O processo de obras de urbanização deverá ser apresentado em processo autónomo ao do edifício, ficando a emissão do alvará de obras de construção deste condicionada, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 25º do RJUE, à celebração entre a Câmara e o promotor, de contrato relativo ao cumprimento das obrigações assumidas e da prestação da caução adequada à realização das obras de urbanização em causa.

3.- O promotor deverá proceder ao pagamento de uma compensação, no valor de 70,00 €/ml relativamente à frente do terreno localizada ao longo do caminho existente a sudoeste do prédio, num total de 1.830,50€ (mil, oitocentos e trinta euros e cinquenta

cêntimos), relativa à execução de rede de esgotos pluviais, necessária ao correto saneamento da área envolvente ao prédio.

4.- O processo de licenciamento a apresentar deverá contemplar as seguintes questões:

4.1.- Deverá reduzir-se a cêrcea prevista para o edifício, não devendo o mesmo ultrapassar o plano de nível definido pela cota superior da fachada do que se lhe situa a Poente;

4.2.- A percentagem de impermeabilização prevista para o logradouro do prédio deverá ser reduzida, garantindo a criação de áreas permeáveis que assegurem a infiltração das águas pluviais no solo, através de espaços ajardinados, grelhas de arrelvamento, poços de absorção ou outras soluções técnicas que reduzam os impactos resultantes da impermeabilização prevista;

4.3.- A dimensão vertical da totalidade dos elementos que estabelecem o limite do prédio ao longo da sua frente nordeste, compreendendo muros de contenção de terras e gradeamentos ou muretes, não deverá ultrapassar os 4,0m.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

25 - ANULAÇÃO DE GUIAS DE RECEITA

1033 - No período de 01-01-2014 a 30-11-2014 foram emitidas guias de receita na aplicação informática POCAL que devem de ser anuladas pelos motivos que passamos a expor:

1- Foram emitidas indevidamente por não ter sido considerado o facto dos alunos serem subsidiados ou por se pretender senhas de alimentação e não mensalidades, as seguintes guias de receita relativas a alimentação escolar:

- Guia de receita nº 3589/2 de 12-02-2014, no valor de 25,00€ em nome de Tiago Filipe Sousa Jorge;
- Guia de receita nº 3738/2 de 17-02-2014, no valor de 12,50€ em nome de Ismael David Silva Santos;
- Guia de receita nº 4064/2 de 24-02-2014, no valor de 25,00€ em nome de Lara Andrino Gomes;
- Guia de receita nº 4480/2 de 27-02-2014, no valor de 12,50€ em nome de Maria Rita Pontes Lemos;
- Guia de receita nº 7150/2 de 31-03-2014, no valor de 25,00€ em nome de Carolina Pereira Nobre;
- Guia de receita nº 9856/2 de 02-05-2014, no valor de 12,50€ em nome de Gonçalo Gregório Eloi;
- Guia de receita nº 11239/2 de 26-05-2014, no valor de 5,84€ em nome de Duarte Martins Barros;
- Guia de receita nº 11673/2 de 30-05-2014, no valor de 12,50€ em nome de Beatriz Coelho Reis;

- Guia de receita nº 11674/2 de 30-05-2014, no valor de 12,50€ em nome de Maria Rita Pontes Lemos;
- Guia de receita nº 16900/2 de 10-09-2014, no valor de 12,50€ em nome de Afonso Oliveira Sousa;
- Guia de receita nº 17051/2 de 10-09-2014, no valor de 12,50€ em nome de Martim Morgado Paixão;
- Guia de receita nº 17741/2 de 15-09-2014, no valor de 25,00€ em nome de Maria Eduarda Silva Oliveira;
- Guia de receita nº 17857/2 de 15-09-2014, no valor de 12,50€ em nome de Inês Margarida Santos Ferreira;
- Guia de receita nº 18889/2 de 26-09-2014, no valor de 1,46€ em nome de Matilde Lopes Batista;
- Guia de receita nº 19050/2 de 29-09-2014, no valor de 25,00€ em nome de Alexandre Yurkevych;
- Guia de receita nº 21733/2 de 30-10-2014, no valor de 25,00€ em nome de Gabriela de Anunciação Roda;
- Guia de receita nº 24044/2 de 26-11-2014, no valor de 12,50€ em nome de Beatriz Fernandes de Oliveira;
- Guia de receita nº 24455/2 de 28-11-2014, no valor de 12,50€ em nome de Marta Sofia Rolo Carvalho;
- Guia de receita nº 24819/2 de 01-12-2014, no valor de 15,00€ em nome de Izabela Fialho Cândido;
- Guia de receita nº 24854/2 de 02-12-2014, no valor de 7,30€ em nome de Mariana Santos Soares;

2- Foi emitida a guia de receita nº 14222/2 de 14-07-2014 em nome de Hotéis Cristal, Empreendimentos Turísticos, S.A. no valor de 618,80€. No entanto, o requerente solicitou a ocupação de espaço público com *outdoor* para um período distinto do período apresentado no pedido inicial, por esse motivo, foi substituída a referida guia de receita pela 14301/2 de 17-07-2014;

3- Relativamente à ocupação de lugares do mercado municipal de Vieira de Leiria e da Marinha Grande, foram emitidas em duplicado as guias de receita a seguir descritas:

- Guia de receita nº 2269/2 de 30-01-2014, no valor de 20,00€ em nome de António Conceição Reis;
- Guia de receita nº 6085/2 de 17-03-2014, no valor de 15,00€ em nome de Florinda da Conceição de Azevedo Araújo;
- Guia de receita nº 13819/2 de 01-07-2014, no valor de 25,46€ em nome de Amábilio Gomes Carquejeiro;
- Guia de receita nº 13940/2 de 03-07-2014, no valor de 15,00€ em nome de Júlio de Jesus Alves;
- Guia de receita nº 12990/2 de 18-06-2014, no valor de 29,52€ em nome de Maria de Jesus Pereira;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 11/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

- Guia de receita nº 13845/2 de 01-07-2014, no valor de 18,45€ em nome de Maria de Jesus Pereira;
- Guias de receita nº 17602/2 e 17600/2 de 12-09-2014, em nome de Maria Júlia Nunes Miguel, no valor de 30,76€ e 0,05€, respetivamente;
- Guia de receita nº 19820/2 de 01-10-2014, no valor de 73,80€ em nome de João Jerónimo;
- Guia de receita nº 9992/2 de 02-05-2014, no valor de 20,00€ em nome de Zulmira Livramento Vardasca;
- Guia de receita nº 11129/2 de 22-05-2014, no valor de 20,00€ em nome de Zulmira Livramento Vardasca;

4-Foi emitida em duplicado a guia de receita nº 19953/2 de 02-10-2014 em nome de Maria Beatriz de Noronha Abreu e Melo de Noronha Gallo, relativamente à tentativa de exumação de ossadas de Maria Luísa de Noronha Abreu e Melo da sepultura temporária nº 1837 do Cemitério de Casal Galego;

5-Foram emitidas em duplicado as guias de receita nº 3617/2 e 25208/2, no valor de 181,50€ e de 164,38€, respectivamente, em nome de Supervieira Supermercados, Lda, relativas à aferição periódica de balanças;

6-A guia de receita nº 5208/2 de 03-03-2014, no valor de 86,16€, foi emitida em nome de Funerária Vareda, Lda, quando deveria ter sido em nome de Céu de Veludo- Agência Funerária Lda;

Face ao exposto, propomos a anulação das guias de receita acabadas de referir uma vez que não traduzem a existência de uma dívida.

A Câmara Municipal da Marinha Grande analisou a referida lista e atendendo a que as guias de receita não traduzem a existência de uma dívida delibera anulá-las.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

26 - AUTORIZAÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS EM PRESTAÇÕES

1034 - Maria José Fernandes Madureira Rodrigues através do requerimento com registo de entrada nº 9307/2014, veio requerer à Câmara Municipal o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 487 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais;

Nos termos do nº 1 do artigo 17.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal pode autorizar o pagamento em prestações das taxas nele previstas, mediante requerimento fundamentado e acompanhado dos elementos previstos no n.º 2 do citado artigo.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 11/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

Presente informação nº 9/AF de 25 de novembro de 2014, onde se confirma o que o pedido está instruído e acompanhado dos elementos previstos no n.º 2 do artigo 17.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

Assim, ao abrigo da competência prevista no nº 1 do artigo 17.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera autorizar a Maria José Fernandes Madureira Rodrigues, o pagamento da taxa de concessão de sepultura perpétua nº 487 do Cemitério de Casal Galego, em oito prestações mensais.

Mais delibera anular a guia de receita nº 20352/2 de 9-10-2014, no valor de 1.000,00€, em nome de Maria José Fernandes Madureira Rodrigues, emitida na sequência da concessão a título perpétuo da sepultura nº 487, para que sejam emitidas as guias de receita referentes às prestações.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

27 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

1035 - A SPM – Associação para a Promoção do Turismo de S. Pedro de Moel, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para realização de concerto de música ao vivo para a noite de fim de ano;
- Licença para instalação e funcionamento de recinto improvisado;
- Emissão de parecer para a utilização de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos.

O Sport Império Marinhense, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização das atividades a seguir elencadas:

- Licença especial de ruído para realização de concerto de música ao vivo e baile de fim de ano;
- Licença de publicidade aos eventos.

Presentes informações nº 85/AF e 86/AF de 05 de dezembro de 2014, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar a SPM – Associação para a Promoção do Turismo de S. Pedro de Moel e o Sport Império Marinhense, do pagamento das taxas devidas pela emissão da licença especial de ruído, da licença para instalação e funcionamento de recinto improvisado, da licença de publicidade e da emissão de parecer para a utilização de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

28 - ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE TODOS OS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE.

1036 - Presente informação nº1/1708/2014 de 5 de dezembro de 2014 do Gabinete de Atendimento ao Município que se transcreve:

“Através de requerimento datado de 02 de dezembro de 2014, a Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande vem requerer o alargamento dos horários de funcionamento para todos os estabelecimentos de restauração e bebidas do concelho da Marinha Grande, sócios da ACIMG, para as noites de 27, 28, 29, 30, 31 de dezembro de 2014 e 01 de janeiro de 2015, até às 6h00, e a isenção das respetivas taxas. Sobre o mesmo cumpre informar:

O nº 3 do artigo 13º do Regulamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Município da Marinha Grande prevê a faculdade da Câmara Municipal alargar, em períodos determinados, os limites dos horários de funcionamento fixados, nomeadamente, na quadra natalícia.

Esta premissa, conforme dispõe o nº 1 do artigo 13º do citado Regulamento, está condicionada à auscultação dos sindicatos, da Polícia de Segurança Pública, da Guarda Nacional Republicana, das associações patronais, associações de consumidores e das Juntas de Freguesia e, cumulativamente, à observância dos seguintes requisitos:

- Justificar-se por interesses ligados ao turismo ou outros devidamente fundamentados;
- Não constituir motivo perturbador da segurança, tranquilidade e repouso dos munícipes, devendo em todos os casos respeitar a legislação em vigor em matéria de ruído;
- Respeitar as características sócio culturais e ambientais da área em causa, bem como as condições de circulação e estacionamento.

O pedido em apreço, integrado na comemoração de uma época festiva da população em geral, sustenta-se na possibilidade de dinamizar o comércio local com o objetivo de fomentar as vendas por forma a fazer face à atual crise que o comércio atravessa. E uma vez que persiste a obrigatoriedade de respeitar a legislação em vigor em matéria de ruído, não se vislumbra que a eventual autorização do alargamento de horário de

funcionamento possa vir a contribuir para a perturbação da segurança, tranquilidade e repouso dos munícipes ou criar constrangimentos na circulação e estacionamento.

Relativamente ao pedido de isenção de taxas devidas pelo alargamento de horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais importa referir que, o artigo 63º nºs 1 e 2 da Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande prevê o pagamento do valor de 99,04€ acrescidos de 50,00€ por cada dia de alargamento. Por outro lado, o artigo 14º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, que estatui sobre as isenções e reduções de taxas municipais, não prevê qualquer norma que possibilite o enquadramento do presente pedido.”

Assim, ao abrigo do nº 3 do artigo 13º do Regulamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera autorizar o alargamento do horário de funcionamento de todos os estabelecimentos comerciais - independentemente do ramo de atividade e de serem ou não sócios da Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande – até às 06:00 horas dos dias 27 a 31 de dezembro de 2014 e 01 de janeiro de 2015.

Mais delibera isentar do pagamento das taxas devidas por esse alargamento e dar conhecimento do teor da presente deliberação às forças de segurança competentes – GNR de S. Pedro de Moel e de Vieira de Leiria e PSP da Marinha Grande.

Ao abrigo do nº1 do artigo 13º do citado regulamento, a presente autorização fica condicionada aos pareceres favoráveis do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Centro, da Polícia de Segurança Pública da Marinha Grande, da Guarda Nacional Republicana de Vieira de Leiria e São Pedro de Moel, da DECO- Associação da Defesa do Consumidor, da ACIMG-Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande e da Junta de Freguesia da Marinha Grande, Vieira de Leiria e Moita.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

29 - RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS EM VEÍCULO AUTOMÓVEL DE PASSAGEIROS - REQUERENTE: ACÁCIO CARREIRA DA LUZ – AUDIÊNCIA PRÉVIA DA PROPOSTA DE INDEFERIMENTO – DESISTÊNCIA DO PEDIDO – EXTINÇÃO DO PROCEDIMENTO

1037 - Presente requerimento n.º E/1467/2014, de 18.02.2014, apresentado por Acácio Carreira da Luz, no qual junta cópia de uma fatura emitida em 17.02.2014 pela Sociedade Gandypneus – Comércio de Pneus e Assistência Técnica, Lda, respeitante a reparação no veículo automóvel de passageiros Opel, com a matrícula 48-64-XT e requer indemnização no valor total de 170,23 € correspondente ao valor de reparação do dano alegadamente

causado no referido veículo automóvel ligeiro de passageiros, em 16 de fevereiro de 2014, pelas 20h30m, ao embater num buraco existente na Rua das Cavadas, frente ao n.º 23A, freguesia da Marinha Grande.

Presente Informação jurídica n.º 955/2014, de 30.06.2014, a qual conclui que não se encontram preenchidos os requisitos legais da responsabilidade civil extracontratual por facto ilícito do Município da Marinha Grande.

Presente projeto de indeferimento do pedido, aprovado por unanimidade em reunião desta Câmara Municipal, realizada em 31.07.2014.

Presente ofício n.º S/2871/2014, de 04.08.2014 enviado ao requerente, através do qual foi notificado do teor do projeto de decisão de indeferimento e dos respetivos fundamentos de facto e de direito, bem como da concessão do prazo de 10 dias úteis para dizer o que se lhe oferecesse sobre o sentido provável da decisão de indeferimento.

Presente registo de entrada n.º 6528/2014, através do qual veio o requerente, entre outras referências irrelevantes para a apreciação do pedido, dizer que “relativamente à acta n.º 18, informo V.Exa. que a acato e respeito plenamente”, e que “prescindindo do ressarcimento do prejuízo causado no meu carro.”

Presente informação jurídica n.º 1663/2014, de 25.11.2014, na qual se conclui que tendo vindo o requerente Acácio Carreira da Luz informar esta Câmara Municipal que prescinde do ressarcimento dos prejuízos ocorridos no seu veículo automóvel, tal manifestação de vontade configura uma desistência do pedido formulado e apresentado nesta Câmara Municipal em 18.02.2014, pelo que, nos termos do artigo 106º conjugado com o n.º 1 do artigo 110º do Código de Procedimento Administrativo, o respetivo procedimento administrativo extingue-se, por desistência do interessado, ora requerente.

Nestes termos, concordando com as conclusões constantes na informação jurídica n.º 1663/2014, de 25.11.2014, a Câmara Municipal toma conhecimento da desistência do pedido, apresentada pelo requerente Acácio Carreira da Luz e à qual correspondeu o registo de entrada n.º 6528/2014, e da consequente extinção do respectivo procedimento administrativo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

30 - ALARGAMENTO DA RUA MOINHO D´AMÉLIA, TRUTAS – ATERRO DE PRÉDIO COM MATERIAIS DE DEMOLIÇÕES DE OBRAS – PROPRIETÁRIO: AUGUSTO JOSÉ DOMINGUES SILVA – VISTORIA.

1038 - Presente carta de Augusto José Domingues da Silva, residente na Avª. Cidade de Maringá, Torre 1 – 5.º E, Leiria, denunciando a existência de vários problemas nas imediações do seu prédio sito na Rua Moinho D´Amélia, nas Trutas, e propondo a realização de uma vistoria conjunta para identificação das patologias eventualmente existentes e das soluções para a resolução das mesmas.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 11/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

Refere o denunciante que o proprietário do prédio confinante com o seu, «*construiu anexos no limite da propriedade, obras que não concluiu. Deixou toda a obra para o exterior norte, em tosco mas também por essa situação é possível verificar a total ausência de sistema estrutural da construção. Paredes altas sem estrutura, pilares e vigas. Situação que pode entrar em colapso imprevisivelmente e constitui um perigo para pessoas e bens.*»

Presente informação interna conjunta da Fiscalização e da Proteção Civil datada de 02-06-2014, na qual informam que no prédio confinante não estavam a decorrer quaisquer operações urbanísticas e que os anexos indiciam ser construções realizadas há vários anos. Propõem a realização de uma vistoria para verificar das condições de segurança das edificações em causa.

A Câmara Municipal apreciou e delibera, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 89.º, n.º 2 e 90.º, n.º 1, ambos do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, determinar a realização, com carácter de urgência, de uma vistoria às edificações existentes no prédio confinante com o do denunciante, propriedade de António José Gomes, residente na Rua Moinho D'Amélia, n.º 74, Trutas, 2430-520 Marinha Grande, tendo em vista determinar os riscos e as perigosidades para a segurança de pessoas e bens, identificar as adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devem ser implementadas.

A vistoria será realizada pelos técnicos desta Câmara Municipal, Eng.ª. Cristina Silva, Arqt.º. Ricardo Santos e Eng.º. Vasco Fernandes, todos da DOT-Divisão de Ordenamento do Território.

Nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs. 2 e 3 do citado artigo 90.º, deve notificar-se a presente deliberação ao proprietário do prédio objecto da vistoria, com a antecedência mínima de 7 dias relativamente à data da realização da mesma.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

31 - RECEPÇÃO DEFINITIVA

1039 - Presente Auto de Recepção Definitiva da obra “Beneficiação da travessa da rua dos Poços – Concurso Público n.º 06/2007”, adjudicada por deliberação de Câmara, de 27 de dezembro de 2007, ao consórcio “Matos & Neves, Lda/Pinto & Braz, Lda”.

A Câmara Municipal, verificando pelo auto referido que a obra foi executada de acordo com as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis e de acordo com o contrato e as instruções dos Serviços de Fiscalização da Câmara, delibera receber definitivamente a obra antes enunciada, de acordo e para os efeitos do previsto nos art.ºs 227.º e 229.º do Dec-Lei nº 59/99 de 02 de Março.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

32 - RECEPÇÃO DEFINITIVA

1040 - Presente Auto de Recepção Definitiva da obra “Construção de reservatório apoiado em Vieira de Leiria – Ajuste directo n.º 25/2008”, adjudicada por deliberação de Câmara, de 08 de maio de 2008, ao consórcio “Litobras, Lda”.

A Câmara Municipal, verificando pelo auto referido que a obra foi executada de acordo com as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis e de acordo com o contrato e as instruções dos Serviços de Fiscalização da Câmara, delibera receber definitivamente a obra antes enunciada, de acordo e para os efeitos do previsto nos art.ºs 227.º e 229.º do Dec-Lei nº 59/99 de 02 de Março.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

33 - “REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM DA MARINHA GRANDE - CP N.º 05/2010” – APROVAÇÃO DE TRABALHOS A MENOS.

Durante a apreciação deste assunto, o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** colocou as seguintes questões:

- Se o auto de medição é de fevereiro, porque é que só agora é apresentada esta proposta de aprovação de trabalhos a menos?
- A construtora já recebeu toda a verba da obra?
- Neste caso este valor de trabalhos a menos é para a construtora ressarcir a Câmara. Como vai fazer?
- O edifício já necessita de reabilitações, bem como os lancis no Largo Ilídio de Carvalho, que têm de ser repostos, pelo que perguntou:
 - a) está feito o levantamento das obras a realizar?
 - b) qual o valor dessas obras?
 - c) a construtora assume fazer essas obras?
 - d) em caso afirmativo quando as vai fazer?
 - e) em caso negativo como pensa a Câmara vai resolver este problema? E quando?

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** informou que se os trabalhos não foram executados, não foram medidos nem pagos. Informou ainda que a obra já foi recebida provisoriamente, e que foi pedida uma reunião à empresa, e nessa sequência vai ser feito um levantamento exaustivo de todas as situações a corrigir.

Terminados os esclarecimentos, foi posta a votação a seguinte proposta:

1041 - Presente informação da DISU com a ref. LF.11.2014, na qual se propõe a aprovação de trabalhos a menos relativos a quantidades de trabalho que não foram utilizadas por não serem necessárias para completar a solução preconizada em projeto, devidamente discriminadas nos mapas anexos, da empreitada de “REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM DA MARINHA GRANDE”, adjudicada à firma “LENA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A.”, nos termos do disposto no art. 379º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação técnica com a ref.ª LF.11.2014, que fica anexa (Anexo 1) e aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera, aprovar trabalhos a menos no valor de 3.195,02€ (três mil e cento e noventa e cinco euros e dois cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, do contrato inicial da empreitada de “REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM DA MARINHA GRANDE”, adjudicada à firma LENA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A., nos termos do disposto no Artigo 379.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

34 - REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM DA MARINHA GRANDE - CP N.º 05/2010” - REVISÃO DE PREÇOS DO CONTRATO INICIAL

1042 - Presente informação da DISU com a ref.ª LF-12/14, propondo a aprovação da revisão de preços do contrato inicial da empreitada designada por “*REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM DA MARINHA GRANDE*”, adjudicada à firma *LENA, CONSTRUÇÕES, SA*, ao abrigo do disposto no n.º 1 do art. 382º do Código dos Contratos Públicos e do Decreto – Lei N.º 6/04, de 6 de janeiro.

Considerando que de acordo com o disposto no n.º 1 do art. 382º do Código dos Contratos Públicos, “o preço fixado no contrato para os trabalhos de execução da obra é obrigatoriamente revisto nos termos contratualmente estabelecidos e de acordo com o disposto em lei”.

Assim, apreciada a informação com a ref.ª LF-12/14, que fica anexa (Anexo 2) e aqui se dá por reproduzida, a Câmara delibera aprovar:

- a) a revisão de preços definitiva, relativa ao período compreendido entre julho de 2013 e agosto de 2013, no valor de 7.191,98 € (sete mil e cento e noventa e um euros e noventa e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo a diferença entre a revisão de preços provisória aprovada em 26 de dezembro de 2013 e a presente revisão definitiva, de 62,28 € (sessenta e dois euros e vinte e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, a favor do Município e a liquidar pelo co-contratante;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 11/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

- b) a revisão de preços definitiva, relativa ao período compreendido entre setembro de 2013 e outubro de 2013, no valor de 238,83 € (duzentos e trinta e oito euros e oitenta e três cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, havendo lugar ao pagamento de 12,20€ (doze euros e vinte cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, que corresponde à diferença entre a revisão de preços provisória aprovada em 26 de dezembro de 2013 e a presente revisão definitiva;
- c) a revisão de preços definitiva, relativa ao auto de fevereiro de 2014, no valor de 62,56 € (sessenta e dois euros e cinquenta e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

da empreitada designada por “Reabilitação do Edifício da Antiga Fábrica da Resinagem da Marinha Grande”, adjudicada à firma Lena, Construções, SA, ao abrigo do disposto no n.º 1 do art. 382º do Código dos Contratos Públicos e do Decreto – Lei N.º 6/04, de 6 de janeiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

35 - ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PARA O “FORNECIMENTO DE ELETRICIDADE EM BAIXA TENSÃO NORMAL PARA A TOTALIDADE DAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS, INCLUINDO ILUMINAÇÃO PÚBLICA, PARA O PERÍODO DE 04/05/2015 A 03/05/2016”

1043 - Presente informação e requisição interna n.º 15833 do serviço da DISU – Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, na qual se manifesta a necessidade da contratualização do fornecimento de eletricidade em baixa tensão normal para a totalidade das instalações municipais, incluindo iluminação pública, para o período de 04/05/2015 a 03/05/2016.

Presente igualmente Programa de Procedimento e de Caderno de Encargos – Cláusulas Jurídicas e Cláusulas Técnicas.

Considerando que o preço base a aplicar é de 788.349,77€, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução do objeto do contrato a celebrar e determina a adopção do procedimento de concurso público com publicidade internacional, nos termos dos artigos 16.º, n.º 1, alínea b) e artigo 20.º, n.º1, alínea b), para os efeitos do disposto no artigo 38.º, todos do Código dos Contratos Públicos.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Actividades Municipais de 2014 a dotação para a assunção de despesa, nos anos de 2015 e 2016 para o “Fornecimento de eletricidade em baixa tensão normal para a totalidade das instalações municipais, incluindo iluminação pública, para o período de 04/05/2015 a 03/05/2016”, nas classificações orgânica/económica 0103/020201 e 0103/06020399, ações do PAM 2014/A/9, 2014/A/10 e 2014/A/156.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 24/11/2014, deliberou conceder autorização prévia à assunção de compromisso plurianual para o *“Fornecimento de eletricidade em baixa tensão normal para a totalidade das instalações municipais, incluindo iluminação pública, para o período de 04/05/2015 a 03/05/2016”* dando cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro.

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a proposta da DISU-Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, de acordo com os artigos 16.º, n.º 1, alínea b), 20.º, n.º 1, alínea b), 36.º, n.º1, 38.º, 40.º, n.º 2 e 67.º, n.º 1, todos do Código dos Contratos Públicos, artigo 18º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho e de acordo com o disposto nas alíneas f) e dd) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera:

- a) Tomar a decisão de contratar, com vista à satisfação das necessidades identificadas;
- b) Adotar o procedimento de concurso público com publicidade internacional, com vista à aquisição do fornecimento de eletricidade em baixa tensão normal para a totalidade das instalações municipais, incluindo iluminação pública, para o período de 04/05/2015 a 03/05/2016, conforme proposta dos serviços;
- c) Autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar;
- d) Aprovar o Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos;
- e) Designar o júri para conduzir o procedimento, com a seguinte composição:
 - Miguel Crespo, Presidente;
 - Susana Silva, Vogal;
 - Telmo Faria Vogal;
 - Luciana Esteves, Vogal Suplente;
 - Sara Coelho, Vogal Suplente.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** perguntou se para este processo não poderia ter sido consultada a Central de Compras.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** informou que não há acordo quadro para este tipo de adjudicação, pois só há para média tensão e especial, e a Câmara tem aderido para estes dois tipos de fornecimento.

Após a votação do ponto 35, o **Sr. Vereador Vítor Pereira** ausentou-se da reunião, pelas 12:50 horas, tal como tinha anunciado no início da mesma, pelo que não votou os pontos 36, 37 e 38.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
11/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

**36 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO
º 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE
ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DO “SERVIÇO DE PORTARIA
PARA O EDIFÍCIO DA RESINAGEM PARA O PERÍODO DE 01/01/2015 A 30/09/2017”**

1044 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, foi publicada no Diário da República a Portaria 53/2014 de 3 de março, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local

não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo se aplica às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73º, n.º 1 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014 e nos art.º 2º e 7º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte do contrato vigente em 2013.

Presente a informação e requisição interna n.º 15412/2014, ambas da DCD - Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, nas quais se manifesta a necessidade de contratação do *“Serviço de portaria para o Edifício da Resinagem para o período de 01/01/2015 a 30/09/2017”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na realização de serviços de portaria, cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 10/11/2014, o INA informou que não existem trabalhadores em situação

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 11/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e que o procedimento a adotar é o Ajuste Direto previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que a entidade a convidar é a empresa SUAVINHA ALMEIDA & COSTA LDA, NIPC 509 931 952, e que esta possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo.

Considerando que o preço base a aplicar é de 51.838,06€, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este cumpre a redução remuneratória, preceituada no n.º 1 e 3 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2014 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2015, 2016 e 2017 para a contratação do *“Serviço de portaria para o Edifício da Resinagem para o período de 01/01/2015 a 30/09/2017”*, na classificação orgânica/económica 06/020218 ação do PAM 2014/A/109.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 24/11/2014, deliberou conceder autorização prévia à assunção de compromisso plurianual para o *“Serviço de portaria para o Edifício da Resinagem para o período de 01/01/2015 a 30/09/2017”* dando cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e o estabelecido nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação do *“Serviço de portaria para o Edifício da Resinagem para o período de 01/01/2015 a 30/09/2017”*.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 voto contra do Sr. Vereador Carlos Logrado, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“Voto contra por considerarmos que os concursos públicos são a melhor opção, sob o ponto de vista da despesa, para o Município, e porque, devido ao elevado montante, mais ainda se justificava o lançamento de concurso público.”

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
11/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

**37 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO
º 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE
ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DO “SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA
TÉCNICA AO SOFTWARE DE GESTÃO BIBLIOGRÁFICA DA BIBLIOTECA MUNICIPAL”
PARA OS ANOS 2015 E 2016.**

1045 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, foi publicada no Diário da República a Portaria 53/2014 de 3 de março, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao

art.º 6.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo se aplica às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73º, n.º 1 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014 e nos art.º 2º e 7º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte do contrato vigente em 2013.

Presente a informação n.º I/1500/2014 e requisição interna n.º 8691/2014, ambas da DCD - Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, nas quais se manifesta a necessidade de contratação do *“Serviço de assistência técnica ao software de gestão bibliográfica da biblioteca municipal”*, para os anos 2015 e 2016, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na realização de serviços de assistência técnica a software informático, cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
11/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

de mail, datado de 10/11/2014, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e que o procedimento a adotar é o Ajuste Direto previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos.

Considerando que o contrato a celebrar terá um prazo de vigência superior a um ano, pelo que não pode ser adotado o procedimento percutuado no artigo 128º, atento o disposto nos termos da alínea a) do artigo 129º, ambos do Código dos Contratos Públicos.

Considerando que a entidade a convidar é a empresa MIND - SOFTWARE MULTIMEDIA E INDUSTRIAL, S.A., NIPC 503 857 769, e que esta possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo.

Considerando que o preço base a aplicar é de 4.115,00€, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória preceituada no n.º 1 do art.º 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, conjugado com o art.º 2º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, atento contrato vigente em 2013, conforme se atesta em documentação anexa.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2014 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2015 e 2016 para a contratação do *“Serviço de assistência técnica ao software de gestão bibliográfica da biblioteca municipal”*, para os anos 2015 e 2016, na classificação orgânica/económica 06/020219 ação do PAM 2014/A/110.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 30/12/2013, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e o estabelecido nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação do *“Serviço*

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 11/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

de assistência técnica ao software de gestão bibliográfica da biblioteca municipal”, para os anos 2015 e 2016.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Carlos Logrado proferiu a seguinte declaração de voto:

“Voto favorável neste ajuste direto por ser a empresa autora e detentora dos direitos do programa e não haver outra empresa que o comercialize a preços mais favoráveis em Portugal.”

38 - MINUTA DE CONTRATO A CELEBRAR COM A ENTIDADE PINUS PINASTER, LDA NO ÂMBITO DO PROGRAMA FUNDO FINÍCIA

1046 - Através da deliberação camarária de 20 de março de 2014 foi aprovado o projeto apresentado pela entidade Pinus Pinaster, Lda no âmbito do Programa Fundo Finícia.

Em 29 de setembro do corrente, foi remetido ao Município da Marinha Grande, pelo Banco Santander Totta, minuta do contrato mútuo e minuta de contrato de abertura de crédito referente ao projeto apresentado pela entidade Pinus Pinaster, Lda.

A 1 de outubro foi remetido para o Banco Santander Totta pela entidade Garval – Sociedade de Garantia Mútua, S.A., sugestões de alteração do seu departamento jurídico às minutas de contrato apresentadas.

Em 2 de outubro a Open – Associação para Oportunidades Específicas de Negócios remete através de email ao Banco Santander Totta a aprovação das minutas de contrato, referido que *“A OPEN não tem qualquer comentário a fazer ao contrato.”*

Após envio de sugestões do Município para alteração das minutas do contrato mútuo e de abertura de crédito, a 04 de dezembro o Banco Santander Totta procedeu à remessa das mesmas.

Nestes termos, e atentas as sugestões de alteração aos contratos propostas pelo Município da Marinha Grande estão reunidas as condições para que **a Câmara Municipal proceda à aprovação das minutas dos contratos, de acordo com o disposto n.º 2.º do art.º 8.º dos procedimentos de trabalho e articulação entre os parceiros – Programa Finícia.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 11/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

39 - REAPRECIACÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA REFERENTE À TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DA FRAÇÃO CORRESPONDENTE AO 2.º FRENTE DIREITO DO BLOCO L, SITA NA AVENIDA DA LIBERDADE – MARIA FILOMENA BERNARDO DOS SANTOS - POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.

1047 - Presente informação n.º 1692 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento (D.C.D.), datada de 2 de dezembro do corrente ano, referente à necessidade de reapreciação do valor da renda da habitação social, mencionada em epígrafe.

Considerando que, o contrato de arrendamento em causa se rege pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio);

Considerando que, o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando que, ficou demonstrada a alteração de rendimentos do agregado familiar em causa;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, a renda pode ser reajustada a todo o tempo, em função da alteração do rendimento mensal corrigido do agregado familiar,

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio e, ainda com o n.º 2 do artigo 26.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, proceder à reapreciação da renda de habitação social, cujo valor a aplicar consta do seguinte quadro:

Avenida da Liberdade:

MORADOR	BLOCO	FRAÇÃO	DATA CONTRATO	RENTA/14 (DEZ.º)	RENTA/15 (JAN.º)
M.ª Filomena B. dos Santos	L	2.º Fte Dto	16/11/2006	46,97€	5,05€

Mais delibera que a renda a aplicar, no valor de 5,05€ (cinco euros e cinco cêntimos), calculada nos termos do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, entre em vigor a partir de 1 de janeiro do próximo ano.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
11/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

**40 - TRANSFERÊNCIA HABITACIONAL DA INQUILINA MAFALDA SOFIA GOMES GRÁCIO
PARA A FRAÇÃO CORRESPONDENTE AO 1.º DIREITO DO BLOCO L, SITA NA AVENIDA
DA LIBERDADE, POR MOTIVOS DE DOENÇA.**

1048 - Presente informação n.º 1697/2014 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – D.C.D.- datada 4 de dezembro, a dar conta da necessidade de transferência habitacional da arrendatária em epígrafe e respetivo agregado familiar, atualmente residente no 4.º frente esquerdo do Bloco M, para a fração correspondente ao 1.º direito do Bloco L, por motivos de doença de um dos elementos do agregado familiar.

Considerando que, a fração correspondente ao 4.º frente esquerdo do Bloco M, onde Mafalda reside atualmente, tem inúmeros problemas de humidade;

Considerando os problemas de saúde do filho da arrendatária;

Considerando que o relatório médico apresentado pelo médico de família do menor atesta que ambientes com excesso de humidade são nocivos para a saúde deste, uma vez que podem levar as novas infeções;

Considerando o despacho favorável do Sr. Vereador do Pelouro;

Considerando que, existe uma habitação disponível, de tipologia T2, no 1.º direito do Bloco L;

Considerando que, esta última habitação reúne melhores condições do que aquela onde reside;

Considerando o parecer do técnico da D.I.S.U. que, refere que estão reunidas as condições para se proceder à referida transferência, somos de propor a transferência de Mafalda Sofia Gomes Grácio e respetivo agregado familiar para a fração correspondente ao 1.º direito do Bloco L da Avenida da Liberdade;

Considerando que, nos termos do n.º 1 do artigo 24.º do Regulamento Municipal de Atribuição e Utilização das Habitações Sociais a transferência habitacional far-se-á, de entre outros, por motivos de doença,

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 1 e 2 do artigo 24.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, autorizar a transferência da inquilina Mafalda Sofia Gomes Grácio contribuinte fiscal n.º 193 983 745 do 4.º frente esquerdo do Bloco M para o 1.º direito do Bloco, sito na Avenida da Liberdade, Casal de Malta.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
11/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

Mais delibera que a renda a aplicar, no valor de 19,80€ (dezanove euros e oitenta cêntimos) no novo contrato a celebrar e, calculada nos termos do Decreto-Lei, n.º 166/93, de 7 de maio, entre em vigor a partir do 1.º dia útil de janeiro de 2015

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

41 - REAPRECIAÇÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA REFERENTE AO TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DO FOGO CORRESPONDENTE AO N.º 82, SITO NA RUA ADRIANO MARQUES NOBRE – LUÍS FILIPE DA SILVA FERREIRA - POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.

1049 - Presente informação n.º 1681 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento (D.C.D.), datada de 1 de dezembro do corrente ano, referente à necessidade de reapreciação do valor da renda da habitação social, mencionada em epígrafe.

Considerando que, o contrato de arrendamento em causa se rege pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio);

Considerando que, o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando que, ficou demonstrada quer a alteração de rendimentos, quer a composição do agregado familiar em causa;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, a renda pode ser reajustada a todo o tempo, em função da alteração do rendimento mensal corrigido do agregado familiar,

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio e, ainda com o n.º 2 do artigo 26.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, proceder à reapreciação da renda de habitação social, cujo valor a aplicar consta do seguinte quadro:

Rua Adriano Marques Nobre:

MORADOR	N.º	DATA CONTRATO	RENTA/14 (JUN.º)	RENTA/15 (JAN.º)
Luís Filipe da Silva Ferreira	82	11/05/2013	19,01€	109,92€

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 11/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

Mais delibera que a renda a aplicar, no valor de 109,92€ (cento e nove euros e noventa e dois cêntimos), calculada nos termos do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, entre em vigor a partir de 1 de janeiro do próximo ano.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

42 - ATUALIZAÇÃO ANUAL DA RENDA APOIADA DA ARRENDATÁRIA ALZIRA INHO REI, RESIDENTE NA RUA ADRIANO MARQUES NOBRE N.º 64, CAMARNAL, PARA ENTRADA EM VIGOR EM FEVEREIRO DE 2015.

1050 - Presente informação n.º 1693 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento (D.C.D.), datada de 2 de dezembro do corrente ano, referente à necessidade de atualização do valor da renda da habitação social do inquilino mencionado em epígrafe.

Considerando que, o contrato de arrendamento em causa se rege pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio);

Considerando que, o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando que, ficou demonstrada a alteração de rendimentos da família em causa;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, a renda atualiza-se anual e automaticamente, em função da variação do rendimento mensal corrigido do agregado familiar,

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio e, ainda com o n.º 2 do artigo 26.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, proceder à atualização da renda de habitação social, cujo valor a aplicar consta do quadro seguinte:

Rua Adriano Marques Nobre

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/14 (FEV.º)	RENTA/15 (FEV.º)
Alzira Inho Rei	64	27/01/2010	42,84€	41,97€

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
11/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

Mais delibera que, a renda calculada nos termos do Decreto-Lei, n.º 166/93, de 7 de maio, entre em vigor a partir do 1.º dia útil de fevereiro do próximo ano.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

43 - DOAÇÃO DE LIVROS PARA A BIBLIOTECA MUNICIPAL.

1051 - Presente documento com registo de entrada n.º 7733, de 30.09.2014, através do qual a Sra. D. Maria Teresa de Melo Henriques de Almeida manifesta “(...) *a intenção de efectuar uma doação à Câmara Municipal da Marinha Grande de uma pequena Biblioteca de livros em língua portuguesa que se encontram em excelente estado de conservação e que foram pertença de minha mãe Maria Fernanda de Melo Henriques de Almeida e que gostava de reunir anualmente a família para passar férias em S. Pedro de Moel.*”.

Presente despacho favorável à aceitação da doação, emitido pelo Sr. Vereador da Cultura, datado de 15.10.2014.

Presente Informação Interna n.º 1/1690/2014, de 02.12.2014, apresentada por Rosa Vaz, Técnica Superior da Área das Bibliotecas, através da qual confirma o bom estado de conservação dos livros e a sua relevância para integração no espólio da Biblioteca Municipal, por se tratarem de livros atuais e de interesse, sendo maioritariamente livros de literatura.

Na mesma Informação é proposto, que o assunto seja colocado à consideração da Câmara Municipal e que esta delibere no sentido da aceitação da doação, uma vez que os livros doados irão enriquecer o acervo documental da Biblioteca Municipal. Em anexo à referida Informação Interna consta uma listagem com os títulos e autores dos livros, num total de 360 exemplares.

A Câmara Municipal analisou a documentação e concordando com os fundamentos nela contidos, delibera, no uso da competência prevista na alínea j), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, aceitar a doação, devendo os livros doados passar a integrar o acervo documental da Biblioteca Municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

44 - RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO TOMADA EM REUNIÃO DE CAMARA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014 COM O TITULO: “APRECIACÃO DAS CANDIDATURAS APRESENTADAS NO 3º TRIMESTRE DO ANO 2014, RELATIVAS AO INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE”

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 11/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

1052 - A 28 de novembro de 2014, foi deliberado em reunião de Câmara a atribuição dos respetivos apoios financeiros aos candidatos que requereram o incentivo à natalidade, durante o 3.º trimestre de 2014.

Considerando que para a candidatura em nome de Luís Miguel Freitas da Silva, com o registo de entrada nº 7016, foi deliberado a atribuição de um apoio no valor de 250,00€;

Considerando que com base nos rendimentos apresentados o valor efetivamente correto seria de 1.000,00€.

A Câmara Municipal ao detetar esse erro delibera, ao abrigo do artigo 148.º do Código do Procedimento Administrativo, retificar a incorreção existente na deliberação tomada em reunião de câmara de 28 de novembro de 2014, com efeitos retroativos àquela data.

Assim onde se lê

“ A Câmara Municipal analisou a presente informação e delibera, ao abrigo da alínea v) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com o disposto no artigo 9.º do regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, deferir 30 (trinta) candidaturas, constantes no anexo 1, e proceder ao pagamento do incentivo aos seguintes requerentes:

N.º	Nome do Requerente	NIF	Estimativa de Pagamento 2014	Estimativa de Pagamento 2015
17	Luís Miguel de Freitas da Silva	190094648	125,00	125,00

Deve ler-se:

A Câmara Municipal analisou a presente informação e delibera, ao abrigo da alínea v) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com o disposto no artigo 9.º do regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, deferir 30 (trinta) candidaturas, constantes no anexo 1, e proceder ao pagamento do incentivo aos seguintes requerentes:

N.º	Nome do Requerente	NIF	Estimativa de Pagamento 2014	Estimativa de Pagamento 2015
17	Luís Miguel de Freitas da Silva	190094648	500,00	500,00

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
11/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

45 - CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS: ÁREA DESPORTO

1053 - Considerando que o Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, foi aprovado em reunião de câmara de 13 de dezembro de 2012, com as alterações introduzidas e aprovadas em reunião de câmara de 11 de junho de 2013 e 14 de agosto de 2014, tendo sido esta última aprovada em sessão de assembleia municipal de 29 de setembro de 2014;

Considerando que nos termos da deliberação de Câmara datada de 16 de abril do corrente ano, foi aprovada a admissão das candidaturas, ao abrigo do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra;

Considerando que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente;

Considerando que nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando que os apoios ou benefícios estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;

Considerando que os municípios têm atribuições no domínio do desporto, conforme o disposto na alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que compete aos municípios o apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos, de acordo com a alínea o) n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que compete aos municípios apoiar atividades de natureza, social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, de acordo com a alínea u) n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 11/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

Considerando que a atribuição dos apoios depende da demonstração, por parte de cada uma das entidades beneficiárias, da situação contributiva e tributária regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, para além do cumprimento das condições estipuladas em anteriores benefícios.

Considerando que a entidade a seguir indicada cumpre os requisitos referidos no parágrafo anterior, de acordo com certidões em anexo.

Assim, a Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e, nos termos do artigo 15.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera atribuir o seguinte apoio financeiro:

ENTIDADE	OBJETO	NIF	VALOR A ATRIBUIR	RUBRICA PAM
SPORTING CLUBE MARINHENSE	FESTIVAL DE PATINAGEM ARTÍSTICA	501150544	500,00€	A/152/2014

A Câmara Municipal delibera, ainda, aprovar a minuta de contrato-programa a celebrar com a entidade beneficiária, que se dá por reproduzida, e que contém previsão específica que assegure o cumprimento do disposto no artigo 22.º do Regulamento municipal.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que reiterou a declaração de voto que profere habitualmente, cujo conteúdo se reproduz:

“Como já tivemos oportunidade de nos expressar por diversas vezes, quando se trata de atribuição de subsídios, a prática que o Município tem seguido na atribuição de subsídios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, não é clara, nem transparente. Estes processos vêm a reunião de Câmara sem uma informação justificativa, sem se perceber os motivos que fundamentam as atribuições de apoios e os critérios de racionalidade que supostamente deveriam estar na base da apreciação e justificariam a diferenciação dos montantes do apoio às associações/instituições.

Não é claro quantas entidades concorreram, porque não foram apoiadas, quais os eventuais critérios de exclusão do apoio, etc...

Continuamos a considerar que a prioridade neste trabalho passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações/instituições numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter. Atribuímos este subsídio, mas não foi apresentado qualquer justificação para que o faça, nem os critérios, e permite que muitos outros clubes questionem porque não são também contemplados, e porque não está garantida a equidade na atribuição dos apoios.

Passou um ano sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento e sem se tomar em consideração as recomendações dos auditores às contas, quanto à necessidade de “rever o processo de atribuição de subsídios...”

Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo e ao terceiro sector. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários. Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios e que vincule o município ao cumprimento dos mesmos. Por outro lado não decidimos em tempo razoável, para que as entidades saibam antecipadamente com que apoio poderão contar antes da realização da actividade ou evento.

Por essa razão entendo abster-me nesta votação.”

46 - APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO **— 2014/2015**

1054 - A atividade física é o instrumento mais económico de saúde pública, as verbas investidas na promoção da atividade física para a população, nomeadamente a jovem, devem ser encaradas como um investimento na saúde e bem-estar.

Com a evolução natural da sociedade, a prática desportiva tem assumido uma preponderância cada vez maior, na vertente social e educacional, consubstanciando-se num vetor de educação e formação do ser humano enquanto pessoa, com vista à sua realização integral.

Incumbe ao Estado, no sentido de todos os poderes públicos, em colaboração com as associações e coletividades desportivas promover, estimular e orientar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, de acordo com o artigo 79.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa.

A Câmara Municipal, identificando a importância do trabalho desenvolvido pelos diversos Clubes em prol da formação humana dos jovens do concelho através da dinamização desportiva e reconhecendo a mais-valia dos mesmos na divulgação do bom nome da terra, tem-lhes atribuído subsídios, tendo em conta os “Critérios de Financiamento à Atividade Física” aprovados em deliberação de câmara datada de 26/09/2002, celebrando com estes contratos — programa conforme exigência legal.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 11/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

Considerando que os contratos-programa devem obrigatoriamente ser redigidos a escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, foi elaborada a minuta do contrato, que constitui anexo (**Anexo 3**) à presente deliberação e se dá por integralmente reproduzida.

Assim, a Câmara Municipal delibera, de acordo com competência prevista no artigo 33.º, n.º 1, alínea u), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, atribuir o apoio financeiro à atividade desportiva federada, através da celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo com as entidades mencionadas no seguinte quadro resumo:

CLUBE DESPORTIVO	NIF	VALOR
ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DA COMEIRA	500787654	900,00€
ATLÉTICO CLUBE MARINHENSE	501224254	18.086,00€
CENTRO RECREATIVO E CULTURAL DA JUVENTUDE CASAL DE ANJA	503452840	1.000,00€
SOCIEDADE DE BENEFICÊNCIA E RECREIO 1.º DE JANEIRO	501623051	650,00€
SPORTING CLUBE MARINHENSE	501150544	26.900,00€

A verba encontra cabimentação favorável na ação 2014/A/150 do Plano de Atividades Municipais.

Mais se informa que as entidades acima mencionadas estão em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possuem nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, certidões devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 voto contra do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que reiterou a declaração de voto proferida na reunião anterior, aquando da aprovação do mesmo tipo de apoio, cujo conteúdo se reproduz:

“Assim, e relativamente a este ponto da ordem de trabalhos, referentes à atribuição de apoio financeiro à actividade desportiva federada, através da celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo, para explicar o meu sentido de voto, entendo apresentar os seguintes fundamentos:

- a) A atribuição de um subsídio tem por base supostos critérios de Financiamento à Actividade Física, aprovados em reunião do executivo de 26 de Setembro de 2002 (os quais desconhecemos, dado que não nos foram facultados, e as actas*

disponíveis ao público no site se reportam ao período posterior a 5 de Janeiro de 2006). Para além do desconhecimento destes critérios, dos fundamentos que levam à atribuição de valores diferenciados e da análise que sustenta essa atribuição, também não se entendem porque estes apoios não são fundamentados no Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, dado que o mesmo também contempla um "Programa de apoio a actividades com carácter anual".

- b) Sem prejuízo do enquadramento em critérios aprovados pelo executivo em 2002, os quais se desconhecem como já referimos, da informação disponibilizada não se depreende que estão garantidos os princípios de igualdade e imparcialidade na atribuição destas verbas.*
- c) Se houve um processo de atribuição deste tipo de apoios não tem que haver um serviço técnico que analise as condições da sua atribuição, que emita um parecer, que ateste que o processo está de acordo com os critérios, que acompanhe e fiscalize se o montante atribuído será utilizado para o fim a que se destina? Se existe, nada disto nos foi enviado.
Quem ficará responsável pelo ónus de uma atribuição que levanta este tipo de dúvidas, em quem recairá a responsabilidade financeira deste acto?*
- d) Porque motivos estas propostas apenas são apreciadas agora quando os requerimentos já datam de há muitos meses atrás, tendo efeitos retroactivos? Não será de repensar o modelo de atribuição destes apoios de modo a que sejam facultados antes da realização das actividades, permitindo uma maior organização e planeamento aos clubes?*

Conforme me foi enviado o processo tudo leva a crer que a margem de discricionariiedade é total, ou seja, não se percebe porque se atribui uma verba de 18.086,00€ ao Atlético Clube Marinhense e 26.900,00€ ao Sporting Clube Marinhense. Deve haver uma razão e provavelmente terá toda a racionalidade. Contudo, quando isso não está justificado no processo o campo da discricionariiedade é enorme.

Sobre esta matéria é importante ainda clarificar que somos favoráveis a uma política de apoio à actividade desportiva, designadamente a desempenhada no âmbito da formação. Contudo, não conseguimos concordar com o modelo adoptado nestas atribuições, o qual não é claro nem transparente. As propostas aqui expressas não permitem perceber esta lógica de administração.

Por estas razões sou forçado a votar contra conforme fundamentos aqui expressos, designadamente porque há um desconhecimento total sobre os critérios a que o processo alude."

47 - APOIO AOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO PARA MATERIAL DIDÁTICO DE RECREIO E DE CONSUMÍVEIS E OUTROS BENS PARA O FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO E JARDINS DE INFÂNCIA DO CONCELHO, DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE POENTE E AGRUPAMENTO DE ESCOLAS VIEIRA DE LEIRIA, REFERENTE AO 1º PERÍODO DO ANO LETIVO 2014/2015.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 11/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

1055 - Presente informação nº 1695/2014 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento de 03/12/2013 referente à atribuição de apoio ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente e Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria, para material didático e outros bens, conforme competência que decorre da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Considerando que os montantes foram definidos em função dos elementos quantitativos de alunos e salas em funcionamento em cada agrupamento para o ano letivo 2014/2015;

Considerando que os estabelecimentos de ensino estão agora reunidos em estruturas dotadas de autonomia para a sua gestão, designados por Agrupamentos de Escola.

A Câmara Municipal apreciou a informação e tendo em conta que é da competência da Câmara Municipal apoiar atividades de natureza educativa, conforme disposto na alínea u) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 setembro, delibera aprovar os subsídios constantes no mapa seguinte, destinado a comparticipar nas despesas de aquisição de material didático, de recreio e de consumíveis e outros bens para o funcionamento das Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e jardins de infância do concelho, referentes ao 1º período do ano letivo 2014/2015.

Valores dos subsídios

Estabelecimentos	Agrupamentos de Escolas Marinha Grande Poente Contribuinte nº 600 076 768	Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria Contribuinte nº 600 076 270	Ação do Plano de Atividades Municipais em 2014
------------------	--	---	--

Educação Pré-Escolar

VALOR 2014	4.200€	1.050€	Total 5.250€ Ação 53/A/2014
------------	--------	--------	-----------------------------------

1.º Ciclo do Ensino Básico

VALOR 2014	4.320€	1.890€	Total 6.210€ Ação 54/A/2014
------------	--------	--------	-----------------------------------

VALOR 2014	8.520€	2.940€	11.460€
------------	--------	--------	---------

- 1. Subsídio no valor de 8.520,00€ (Oito mil quinhentos e vinte euros) ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, com sede na Rua Prof. Alberto Nery Capucho, Apartado 385, 2430-231 Marinha Grande, nº fiscal 600076768;**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 11/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

2. **Subsídio no valor de 2.940,00€ (Dois mil novecentos e quarenta euros) ao Agrupamento de Escolas Vieira de Leiria, com sede na Rua D. António Luís Pereira Coutinho, Apartado 6, 2431-901 Marinha Grande, nº fiscal 600076270;**

Estes apoios têm cabimento na rubrica 06/040305 das ações 2014 A/53 e 2014 A/54, conforme descrito no mapa acima.

Delibera ainda que as entidades contempladas com os subsídios supra-mencionados deverão, obrigatoriamente, evidenciar a realização/concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e a apresentação de relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto, até 30 de junho de 2015.

Mais se informa que as entidades acima mencionadas estão em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possuem nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Na sequência desta deliberação, o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** pediu à Sr.ª Vereadora informação sobre o valor do apoio por sala e por criança.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** tomou nota e irá responder, após consulta aos serviços.

48 - PROGRAMA DE ATIVIDADE FÍSICA 3.ª IDADE – 2014 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO

1056 - Presente informação n.º 1706/2014 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datada de 05 de dezembro de 2014, na qual se dá conta da entrega dos formulários de adesão ao Programa de Atividade Física para a 3.ª Idade de 2014 e consequente atribuição de apoios as entidades do Concelho que se propuseram a desenvolver o Programa de Atividade Física da 3ª Idade de Janeiro a Dezembro do presente ano.

Considerando que são admitidas candidaturas ao Programa de Desenvolvimento da Atividade Física para a 3.ª Idade a entidades sem fins lucrativos, sediadas no concelho da Marinha Grande e que desenvolvem a sua atividade exclusivamente na mesma.

Considerando a atividade Física como um importante meio de prevenção e promoção da saúde dos idosos.

Considerando que os contratos programa devem obrigatoriamente ser reduzidos a escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 11/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

Tendo em conta a necessidade de celebração dos contratos programa de desenvolvimento desportivo, foi elaborada a minuta do contrato, que constitui anexo (**Anexo 4**) à presente deliberação e se dá por integralmente reproduzida.

Assim, a Câmara Municipal delibera de no uso das atribuições dos tempos livres e desporto nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º e no uso das competências definidas pela alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro proceder à atribuição de um subsídio de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros) e aprovar o contrato programa de desenvolvimento desportivo, em anexo, com a entidade mencionada no seguinte quadro:

Entidade	NIF	Valor
Associação Sindical União dos Reformados, Pensionistas e Idosos da Marinha Grande	502870419	1.500 Euros
Comissão Pensionistas e Idosos da Freguesia de Vieira de Leiria	506171795	1.500 Euros

O referido apoio tem cabimento na rubrica 2014/A/79 do Plano de Atividades Municipais para o corrente ano.

Delibera ainda que a entidade contemplada com o subsídio supramencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização e concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e a apresentar um relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto, até ao 1 de março de 2015.

A entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui, nesta data, a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira reiterou a declaração de voto que profere habitualmente aquando da aprovação deste tipo de apoio, cujo conteúdo se reproduz:

“Considero fundamental a promoção do exercício físico para todos, em especial para a terceira idade. No entanto, discordo deste programa de actividade física para a 3ª idade porque define um subsídio igual para todas as entidades, não fazendo a discriminação positiva em função do número de utentes, do tipo de actividades, do número de horas semanais que cada entidade presta. Ou seja, entendo que seria mais justo se o apoio financeiro fosse pago em função do serviço que cada instituição realiza. Apenas como exemplo não devia ser dado o mesmo apoio a uma instituição que tenha um atividade de uma hora num único dia da semana com cinco elementos, comparativamente a outra com atividades diárias de algumas horas, com dezenas de utentes e diversos técnicos envolvidos.”

49 - CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS: ÁREA DESPORTO

Assunto retirado da ordem do dia.

50 - PEDIDO DE UTILIZAÇÃO DA CASA DA CULTURA TEATRO STEPHENS PARA APRESENTAÇÃO DA PRODUÇÃO “POR ESTE RIO ACIMA”. S.A. MARIONETAS, TEATRO E BONECOS

1057 - Presente pedido efetuado por correio eletrónico a 19 de novembro da companhia S.A. Marionetas para apresentação do seu novo espetáculo “Por Este Rio Acima” na Marinha Grande no mês de janeiro de 2015.

Presente igualmente informação técnica n.º35/2014 datada de 28 de novembro relativa à contextualização do referido pedido face aos regulamentos aplicáveis designadamente Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura – Teatro Stephens e Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal depois de apreciar os documentos referidos e considerando que:

- a) A cedência da utilização da Casa da Cultura está prevista no Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura – Teatro Stephens designadamente nos seus artigos 5.º, 7.º, 8.º 12.º e 17.º;
- b) A cobrança de taxa pela utilização de imóveis municipais e sob gestão municipal para fins comerciais, como é o caso, está prevista no Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande Capítulo V artigo 33.º n.º 3;
- c) A qualidade da companhia S. A. Marionetas (que se afere pelos inúmeros prémios e distinções recebidas em Portugal e no estrangeiro, o último dos quais o prémio para “Melhor Espetáculo Tradicional”, no festival Harmony World Puppet Carnival, em Bangucoque, na Tailândia, que decorreu de 1 a 10 de novembro naquele País), é indiscutível justificando a inclusão desta sua proposta na programação regular da Casa da Cultura;
- d) “Por este rio acima”, conta com um conjunto de marionetas de vidro produzidas no CENCAL na Marinha Grande, facto que dignifica e promove além fronteiras o “saber fazer vidreiro”, na medida em que o projeto vai andar em digressão;
- e) Não se verifica qualquer das situações previstas nas alíneas a), b) e c) do n.º 2 do art.13.º do Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura – Teatro Stephens, circunstâncias em que o pedido de utilização deve ser indeferido;

Assim, a Câmara Municipal delibera no uso das atribuições e competências no domínio do património, cultura e ciência, nos termos da alínea e), do número 2, do artigo 23º, e da alínea ee), do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 11/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

utilização da Casa da Cultura- Teatro Stephens, em nome da S.A. Marionetas, Teatro e Bonecos, com o número de contribuinte 50418116, a apresentação do projeto *"Por este rio acima"* no dia 17 de janeiro de 2015, nas condições previstas no Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura – Teatro Stephens e no Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

51 - AVALIAÇÃO DAS CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. 3.ª FASE DE AVALIAÇÃO

1058 - Considerando que o Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, foi aprovado em reunião de câmara de 13 de dezembro de 2012, com as alterações introduzidas e aprovadas em reunião de câmara de 11 de junho de 2013 e 14 de agosto de 2014, tendo sido esta última aprovada em sessão de assembleia municipal de 29 de setembro de 2014, e enuncia três modalidades de apoio: atividades de carácter anual, atividades de carácter pontual e apoio a infraestruturas;

Considerando que nos termos do n.º 1 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, foi designado por despacho do Sr.º Presidente, de 22 de janeiro de 2014, a composição da comissão de apreciação das candidaturas;

Considerando que através de deliberação de câmara de 16 de abril de 16 de outubro, foram avaliadas as candidaturas entregues na primeira e segunda fase respetivamente.

Considerando que em 2 de outubro de 2014 foi recebida uma candidatura em nome da Comissão de Reformados Pensionistas e Idosos de Vieira de Leiria, nos termos do referido regulamento;

Considerando que a comissão de apreciação procedeu à avaliação da candidatura nos termos do artigo 13.º do regulamento, conforme descrito no relatório fundamentado que se anexa;

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento *"só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos"*.

Considerando que a decisão final sobre a exclusão e admissão da candidatura é tomada pela Câmara Municipal, nos termos do n. 4 do artigo 14.º do regulamento.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
11/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

A Câmara Municipal da Marinha Grande, nos termos do disposto na alínea u) do n.º1 do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera aprovar a admissão da candidatura, em nome da Comissão de Reformados Pensionistas e Idosos de Vieira de Leiria, nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, conforme avaliação da comissão de apreciação constante nos documentos anexos (Anexo 5).

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que reiterou a declaração de voto proferida anteriormente no ponto 45, cujo conteúdo se reproduz:

“Como já tivemos oportunidade de nos expressar por diversas vezes, quando se trata de atribuição de subsídios, a prática que o Município tem seguido na atribuição de subsídios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, não é clara, nem transparente. Estes processos vêm a reunião de Câmara sem uma informação justificativa, sem se perceber os motivos que fundamentam as atribuições de apoios e os critérios de racionalidade que supostamente deveriam estar na base da apreciação e justificariam a diferenciação dos montantes do apoio às associações/instituições.

Não é claro quantas entidades concorreram, porque não foram apoiadas, quais os eventuais critérios de exclusão do apoio, etc...

Continuamos a considerar que a prioridade neste trabalho passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações/instituições numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter. Atribuímos este subsídio, mas não foi apresentado qualquer justificação para que o faça, nem os critérios, e permite que muitos outros clubes questionem porque não são também contemplados, e porque não está garantida a equidade na atribuição dos apoios.

Passou um ano sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento e sem se tomar em consideração as recomendações dos auditores às contas, quanto à necessidade de “rever o processo de atribuição de subsídios...”

Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo e ao terceiro sector. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários. Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios e que vincule o município ao cumprimento dos mesmos. Por outro lado não decidimos em tempo razoável, para que as entidades saibam antecipadamente com que apoio poderão contar antes da realização da actividade ou evento.

Por essa razão entendo abster-me nesta votação.”

52 - CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO SINDICAL UNIÃO DOS REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS PARA A REALIZAÇÃO DO ALMOÇO DE NATAL DO REFORMADO

1059 - Considerando que, o Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, foi aprovado em reunião de câmara de 13 de dezembro de 2012, com as alterações introduzidas e aprovadas em reunião de câmara de 11 de junho de 2013 e 14 de agosto de 2014, tendo sido esta última aprovada em sessão de assembleia municipal de 29 de setembro;

Considerando que, nos termos das deliberações de câmara de 16 de abril e 16 de outubro de 2014, foram aprovadas as admissões das candidaturas, nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra;

Considerando que, as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente;

Considerando que, nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando que, os apoios ou benefícios estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;

Considerando que, os municípios têm atribuições nos domínios da ação social, conforme o disposto na alínea h) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que, compete aos municípios apoiar atividades de natureza, social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, de acordo com a alínea u) n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que, a atribuição dos apoios depende da demonstração, por parte de cada uma das entidades beneficiárias, da situação contributiva e tributária regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, para além do cumprimento das condições estipuladas em anteriores benefícios.

Considerando que, a entidade a seguir indicada cumpre os requisitos referidos no parágrafo anterior, de acordo com certidões em anexo.

Assim, a Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e, nos termos do artigo 15.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera atribuir os seguintes apoios financeiros:

ENTIDADE	OBJETO	NIF	VALOR A ATRIBUIR	RUBRICA PAM
ASURPI	Almoço de Natal/2014	502870419	2.500€	A/77/2014

A Câmara Municipal delibera, ainda, aprovar a minuta de contrato-programa a celebrar com a entidade beneficiária, que se dá por reproduzida, e que contém previsão específica que assegure o cumprimento do disposto no artigo 22.º do Regulamento municipal.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que reiterou a declaração de voto proferida anteriormente no ponto 45, cujo conteúdo se reproduz:

“Como já tivemos oportunidade de nos expressar por diversas vezes, quando se trata de atribuição de subsídios, a prática que o Município tem seguido na atribuição de subsídios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, não é clara, nem transparente. Estes processos vêm a reunião de Câmara sem uma informação justificativa, sem se perceber os motivos que fundamentam as atribuições de apoios e os critérios de racionalidade que supostamente deveriam estar na base da apreciação e justificariam a diferenciação dos montantes do apoio às associações/instituições.

Não é claro quantas entidades concorreram, porque não foram apoiadas, quais os eventuais critérios de exclusão do apoio, etc...

Continuamos a considerar que a prioridade neste trabalho passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações/instituições numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter. Atribuámos este subsídio, mas não foi apresentado qualquer justificação para que o faça, nem os critérios, e permite que muitos outros clubes questionem porque não são também contemplados, e porque não está garantida a equidade na atribuição dos apoios.

Passou um ano sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento e sem se tomar em consideração as recomendações dos auditores às contas, quanto à necessidade de “rever o processo de atribuição de subsídios...”

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
11/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo e ao terceiro sector. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários. Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios e que vincule o município ao cumprimento dos mesmos. Por outro lado não decidimos em tempo razoável, para que as entidades saibam antecipadamente com que apoio poderão contar antes da realização da actividade ou evento.

Por essa razão entendo abster-me nesta votação."

53 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia dez de dezembro de dois mil e catorze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **"Total de Disponibilidades": 7.484.530,71€** (sete milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e trinta euros e setenta e um cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

No final da reunião o **Sr. Presidente** informou que a Câmara Municipal da Marinha Grande candidatou ao QREN – overbooking 5 obras, das quais 4 foram aprovadas e já têm contrato assinado. São elas a requalificação da Rua das Laranjeiras, o espaço das antigas instalações da J. Ferreira Custódio, a Rua da Panificadora e as Ruas Mãe d'Água e Januário Martins.

Por agora não foi considerada a requalificação urbana.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

1060 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
11/12/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 13:10 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião